

Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



Trabalho Infantil e Educação

ANTECEDENTES

Apesar de ser um fato comum na história da humanidade desde os seus primórdios, foi apenas com a Revolução Industrial que o trabalho infantil ganhou evidência, uma vez que a divisão do trabalho introduzida pela mesma propiciou a utilização intensiva dessa força de trabalho. No século XVIII, dar trabalho às crianças era considerado um benefício dos empregadores para com o Estado, uma vez que cabia ao Estado manter as chamadas Casas de Trabalho, instituições que abrigavam crianças pobres que viviam de vadiagem e mendicância.

No início do século XIX (1802) surgem, na Inglaterra, as primeiras leis de proteção à criança trabalhadora, no documento intitulado Carta dos Aprendizes. Esta Carta, que estava circunscrita à indústria de lã e algodão, instituía que a jornada de trabalho dessas crianças poderia ter, no máximo, doze horas de duração e proibia o trabalho noturno.

No Brasil, a primeira lei de proteção ao trabalho infantil foi criada no final do século XIX: o decreto-lei n.º 1313. Este decreto proibia o trabalho noturno em determinadas ocupações, estabelecia a idade mínima de 12 anos para ingresso no mercado de trabalho e fixava uma jornada de trabalho máxima de sete horas por dia.

Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu, em sua Convenção Número 5, que a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho deveria ser quatorze anos. Neste mesmo ano, a OIT sugeriria aos países membros que proibissem o trabalho noturno para os menores de 18 anos na indústria. Décadas mais tarde, em 1973, foi então elaborada, também pela OIT, a principal normativa internacional relativa ao trabalho de menores de quatorze anos. Trata-se da Convenção 138, que dispõe sobre a idade mínima de admissão ao emprego, relacionando-a com a obrigatoriedade de acesso à escola.

Na atual Constituição Federal Brasileira (1988), está expressa a proibição para o trabalho de menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz (dos 14 aos 16 anos de idade), garantindo o seu direito de acesso à escola. Em seu artigo 227 a Constituição estabelece que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Após a promulgação da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, passou a ser uma das referências fundamentais para orientar as ações de todos os órgãos governamentais e não-governamentais que atuavam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Várias entidades reuniram e ainda reúnem esforços para garantir a implementação dos novos preceitos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente no que tange à criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como à implantação dos Conselhos Tutelares nos municípios, promovendo, assim, a descentralização e municipalização das atenções ao grupo infanto-juvenil. Vale lembrar que um dos pontos centrais do ECA é a garantia do direito à educação como fundamental para todas as crianças e adolescentes do país.

Mesmo possuindo um marco legal avançado no que tange à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, o Brasil figura na lista dos países com maiores índices de trabalho infantil. Esta situação relaciona-se certamente com a alta concentração de renda no país, que se expressa nos baixos salários da maioria da população, nos altos índices de desemprego agravados nos últimos anos, no alarmante número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, bem como nos péssimos indicadores de saúde, mortalidade infantil, expectativa de vida e acesso à educação. A baixa qualidade dos serviços educacionais no Brasil é apontada, consensualmente, como um dos fatores que favorecem o trabalho infantil.

Assim, ontem e hoje milhares de crianças e jovens brasileiros enfrentam a dura realidade do trabalho precoce. Para superar a miséria e garantir sua subsistência, crianças oriundas de famílias pobres entram cada vez mais cedo no mercado de trabalho, mesmo em precárias condições e com remunerações irrisórias.

De fato, estudos recentes indicam que, no espaço urbano, a taxa de participação de crianças e adolescentes no trabalho decresce em função do aumento da escolaridade dos mesmos. Deste modo, aqueles que nunca freqüentaram a escola trabalham mais do que os que têm de 1 a 4 anos de estudos completos¹.

De igual maneira, há evidências de que o trabalho precoce afeta a freqüência escolar. De fato, o trabalho infantil reduz, pelo cansaço, a capacidade de concentração das crianças e, ao submeter a sua saúde a riscos e abusos, provoca baixos índices de freqüência escolar e altos índices de repetência. Em última instância, especialmente se a qualidade da educação for precária, o trabalho conduz a criança ao desestímulo e à evasão escolar.

O conflito entre trabalho e escola tem, então, desdobramentos imediatos em função do impacto do trabalho precoce sobre a evasão escolar e, a longo prazo, sobre a escolaridade obtida. Elevar a qualidade da educação no país é, de forma geral, uma estratégia eficiente de reduzir a influência do trabalho infantil sobre a evasão escolar.

Estabelece-se, assim, uma relação de dupla via: por um lado, a pobreza provoca o trabalho precoce e, por outro, o trabalho precoce constitui-se como uma das causas da pobreza futura, uma vez que prejudica a formação necessária para inserção no mercado de trabalho que cada vez exige profissionais mais qualificados.

¹ Fonte: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/TRABIN2.HTM

Sendo assim, as relações entre educação e trabalho precoce são múltiplas e complexas, demandando, por conseguinte, ações do Estado e da sociedade em várias frentes. A questão exige mobilização social e mecanismos eficazes para a elaboração e implementação de programas eficientes de combate a esse problema.

Inúmeras instituições do Estado e da Sociedade Civil, com seus instrumentos e programas de combate o trabalho infantil no Brasil, vêm demonstrando que esforços importantes estão sendo feitos para vencer o desafio imposto por essa questão.

Em termos de ações governamentais merece destaque o Programa Bolsa Escola, pioneiramente desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), a partir de 1994. Esse Programa, que previa a concessão de uma renda mensal às famílias pobres com a condição de que as mesmas mantivessem seus filhos na escola, obteve sucesso na retirada das crianças do trabalho precoce e na sua inserção e reinserção na educação formal.

O sucesso do Programa (que posteriormente foi adotado pelo Governo Federal e ampliado para todas as regiões do Brasil) deve-se à compreensão de que a evasão escolar e o trabalho infantil estão vinculados à baixa renda das famílias socialmente excluídas e de que somente a escolarização das crianças pode oferecer uma perspectiva de vida futura onde não persista o atual quadro de pobreza existente no país.

No imaginário popular, o trabalho é visto como uma atividade que enobrece o homem e prepara-o para uma vida digna. No que concerne às crianças, essa ideologia associa trabalho e educação, defendendo a idéia de que o trabalho tem uma dimensão educativa e que não está em desacordo com essa fase da vida na qual deveria ser privilegiado o acesso à educação. Nas famílias mais pobres, pesquisas revelam que o trabalho é um valor mais arraigado do que a permanência na escola.

No entanto, uma análise minimamente acurada da questão demonstra que o trabalho infantil, ao excluir a criança pobre dos bancos escolares ou ao aquiescer com sua permanência nesses bancos, mas com baixo desempenho, é sempre prejudicial para a formação de qualquer sujeito em desenvolvimento, pois compromete a vivência da infância como uma fase marcada pelo aprendizado e pela ludicidade, jogando-o no mundo frio da cobrança e da exploração.

Além disso, o trabalho precoce também impede que, no futuro, a criança ocupe um lugar decente no mercado de trabalho, uma vez que não possuirá a qualificação exigida por esse mercado. Não se pode esquecer que houve uma significativa mudança nas relações laborais no século XX, tornando o mercado de trabalho cada vez mais exigente quanto à qualificação profissional. Portanto, nesse mundo em que são muitas as incertezas, há um consenso: a educação é um elemento básico para a inserção profissional de qualidade na vida adulta.

Dessa forma, a visão tradicional que apresenta o trabalho infantil como um momento de aprendizado revela-se como mistificação, pois o que ocorre é exatamente o contrário: o trabalho infantil é um empecilho para o aprendizado e compromete toda a formação escolar, especialmente a base dessa formação, ou seja, a educação fundamental.

OS PRIMEIROS PROGRAMAS DE AÇÃO DO IPEC NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: A PARCEIRA COM O PROJETO AXÉ E COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE)

Com base nas evidências acima relatadas e diante dos alarmantes números de crianças e adolescentes inseridos no trabalho precoce no país, o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT, implementou, a partir de 1992, um conjunto de ações para auxiliar na erradicação do trabalho infantil no Brasil que tinham como principal estratégia de atuação a inserção e manutenção de crianças e adolescentes na educação formal de qualidade.

Esforços
importantes
estão sendo
feitos para
vencer o
desafio
imposto



O Trabalho do Projeto Axé com Educadores

O primeiro programa de ação elaborado por meio de uma parceria entre o IPEC/OIT e o Projeto Axé iniciou suas atividades em novembro de 1992. O Projeto Axé é uma organização não-governamental, fundada em 1990, que atua prioritariamente com crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Salvador, em período integral ou parcial, tendo uma ação voltada para a reintegração desse grupo ao seu núcleo familiar de origem e/ou à sociedade, bem como à escola.

A fundamentação desta proposta foi feita a partir de um conjunto de dados levantados por uma pesquisa feita pelo Projeto Axé, em 1990, a partir da qual era possível saber que cerca de 42% das crianças e adolescentes da região metropolitana de Salvador pertenciam a famílias que estavam abaixo do nível da pobreza, tendo uma renda mensal de, no máximo, trinta dólares.

Essa condição de pobreza das famílias levava crianças e adolescentes precocemente para o mercado de trabalho; estimava-se que, naquela época o número de crianças entre 10 e 14 anos que trabalhavam em Salvador chegava a 270 mil. Dentre esse contingente de crianças trabalhadoras, o Projeto Axé dedicou-se ao atendimento daqueles que estavam na rua, vivendo em condições penosas de exploração e falta de acesso à educação e à saúde, que são direitos garantidos pela legislação brasileira.

Para garantir a eficácia as suas ações, o Projeto Axé realizou, no âmbito do programa de ação com o IPEC/OIT, uma nova pesquisa, em 1993, conduzida pelos educadores do Projeto. A comparação dos dados auferidos em 1990 e em 1993 mostrou que houve um aumento de 12 mil para 15 mil crianças e adolescentes vivendo em situação de rua em Salvador

De acordo com o levantamento dos educadores do Projeto Axé, a maioria dessas crianças e adolescentes ficava na rua nos períodos matutino e vespertino e retornam para casa à noite; cerca de 26% poderiam voltar, pois tinham família e domicílio, mas, no entanto, não retornavam, permanecendo na rua também à noite e 4% perderam totalmente o vínculo com a família.

Assim, as ações do Axé priorizaram, a partir dos dados levantados, o trabalho com aquelas crianças e adolescentes que tinham os laços familiares rompidos ou bastante esgarçados. Até 1993 o Projeto Axé havia trabalhado com mais de 2.500 crianças e adolescentes nas ruas, nas unidades de atendimentos e nas oficinas. Desse total, aproximadamente 1694 continuavam nas ruas, 768 já haviam voltado para suas casas e 38 estavam morando em pensões ou quartos pagos pelo Projeto.

O Projeto Axé desenvolveu-se em duas frentes que estavam interligadas: o atendimento direto, que incluía a ação de educadores nas ruas e o trabalho realizado com crianças e adolescentes nas oficinas profissionalizantes; e a defesa dos direitos, que estava presente no conteúdo dos métodos do processo educativo, auxiliando a criança e o adolescente a se tornarem conscientes dos seus direitos.

Toda a ação do Axé baseava-se em uma metodologia desenvolvida pelo Projeto, ao longo dos seus anos de atuação. Essa metodologia partia dos seguintes pressupostos:

- a existência de meninos e meninas na rua está ligada à crise nacional e é um problema que, para ser solucionado, depende da participação de todos que constituem a sociedade brasileira;
- no processo educativo, a criança e o adolescente devem ser vistos como sujeitos, não como objetos;
- o processo educativo é uma construção realizada pela criança ou adolescente e o educador, e deve ter como finalidade a inclusão pessoal dos envolvidos na cidadania plena;
- o processo educativo deve ser contínuo e gradativo, buscando substituir a cultura das ruas por uma nova cultura, que estimule a interpretação crítica da sua realidade, a cidadania, a consciência dos direitos e a vontade de transformação;
- a relação pedagógica deve valorizar o trabalho, respeitando a idade e as características psicossociais e

A maioria
dessas
crianças e
adolescentes
ficava na rua e
retornam para
casa à noite



físicas das crianças e adolescentes, dando ênfase ao seu desenvolvimento pessoal e social, levando os envolvidos a compreenderem outras dimensões do trabalho;

- o mediador do processo de inclusão social é o educador de rua. Esse educador deve ser um profissional remunerado, não um voluntário.

A pedagogia que orientava a ação do educador de rua era chamada pedagogia dos desejos, cabendo ao educador, portanto, fazer a criança e o adolescente reaprenderem a desejar, buscando recuperar seus territórios perdidos: a identidade social, o elo com o passado, a auto-imagem e o direito a ter direitos.

Durante este trabalho, os educadores do Axé, antes de iniciarem suas atividades nas ruas e nas unidades de atendimento, recebiam um treinamento de duas semanas, cujo conteúdo era o conhecimento de si, da sociedade, das características biopsicossociais das crianças e adolescentes (em particular dos que estão em situação de marginalidade) e dos princípios políticos pedagógicos de uma educação libertadora.

No entanto, a formação desses educadores não se esgotava apenas nesse treinamento. Em consonância com a noção de educação defendida pelo Projeto, ela também era feita de forma contínua, uma vez que o Projeto contava também, além dos educadores, com técnicos supervisores, que acompanham de perto as atividades desenvolvidas pelos educadores nas ruas e nas unidades de atendimento.

Havia um gerenciamento do Projeto, que tinha em sua estrutura, educadores, supervisores e um presidente, além de técnicos diversos e funcionários de apoio. Esse gerenciamento era feito de forma bastante democrática, envolvendo, inclusive, as crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto.

A metodologia do Projeto Axé, desenvolvida durante esse processo, previa três fases:

Primeira fase (observação e partilha de experiências): ocorria a aproximação. Dois educadores do Axé - um homem e uma mulher - saíam pelas ruas limitando-se a observar. A partir dessa observação, era feito um mapeamento da área e da sua dinâmica: horários, rituais, possíveis aliados e equipamentos básicos sociais aos quais poderão recorrer. Ainda nesta fase, as crianças e os adolescentes, aproximavam-se, procurando conhecer aquelas pessoas. Começava, então, uma maior aproximação a partir de brincadeiras, que envolviam desenho e modelagem.

O educador e a educadora passavam a ser vistos como pessoas que não queriam explorá-los, agredi-los ou fazer caridade. Quando isso ocorria, estavam dadas as condições para o início do diálogo pedagógico, no qual as crianças e os adolescentes passavam a explicitar as causas que os levaram a viver nas ruas, começando a analisar essas causas e a compreendê-las melhor.

Segunda fase (solução de problemas práticos e iniciação ao prazer de conhecer): nessa fase, imprimia-se maior regularidade aos encontros e havia o planejamento comum das atividades. O grupo passava mais tempo junto, nas ruas, e também desenvolvia atividades em espaços fechados.

Era dado atendimento médico e psiquiátrico, em serviços públicos e privados, às crianças e aos adolescentes. Eles eram ainda auxiliados pelos educadores e técnicos do Projeto para adquirem a sua documentação, pois a maioria não a tinha ou já havia perdido seus documentos.

Nesta fase era detectado o número de crianças e adolescentes que não foram alfabetizados, dando-se início ao processo de alfabetização. Nas oficinas de alfabetização, eram trabalhadas diversas linguagens: artística, sonora, corporal, fotográfica (seguindo a teoria construtivista, de Emília Ferreiro). O processo de alfabetização durava, no máximo, 120 (cento e vinte) dias. Após esse período, os alfabetizados estavam prontos a ingressarem nas escolas da rede oficial de ensino. O Axé mantinha contato regular com essas escolas, para acompanhar o desenvolvimento desses alunos.

O Axé fazia o
acompanhamento
escolar dos
alunos



Paralelamente, as crianças e os adolescentes atendidos também se engajavam em projetos culturais desenvolvidos em parceria com diversos grupos da cidade de Salvador (Ilê Ayê, Muzenza e a Escola de Capoeira Angola Pelourinho), atividades nas quais diversão e disciplina se conjugavam, permitindo que fossem restabelecidos limites perdidos na rua.

Como principal resultado dessa fase, as crianças e os adolescentes recuperavam sua auto-estima, construindo uma identidade mais positiva e desenvolvendo habilidades necessárias para a construção de novas relações sociais.

Terceira fase (introdução ao mundo do trabalho): ocorria o planejamento, por parte da criança e do adolescente, com orientação dos técnicos e dos educadores, das atividades a serem desenvolvidas nas oficinas profissionalizantes, nas quais era oferecida a capacitação necessária para uma adequada integração no mercado de trabalho, enfatizando também a organização e a reivindicação de seus direitos.

Eram oferecidas as seguintes opções: oficina de papel reciclado, oficina de estamperia em tecido, serralheria, oficina de moda e oficina de idéias (produção de brinquedos e outros objetos a partir de sucata). Essas oficinas visavam, além de prover uma preparação profissional, promover uma mudança na percepção que os envolvidos têm do trabalho, destacando sua dimensão transformadora, seu caráter coletivo e político e a sua criatividade.

A fim de disseminar essa metodologia, consolidada durante o primeiro programa de ação, foi desenvolvido um segundo programa de ação, cujo título era “Disseminação da Metodologia do Projeto Axé no Estado da Bahia”, entre outubro de 1994 e dezembro de 1997.

A abrangência desse Programa englobava os seguintes municípios do estado da Bahia: Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Catú e Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Itamarajú, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Jacobina e Bom Jesus da Lapa. Esses municípios foram selecionados devido à existência de um significativo número de crianças envolvidas em diversos tipos de trabalho infantil e muitas vivendo nas ruas. Essas cidades são também representativas das diversas regiões do estado (norte, sul e centro).

O objetivo do Programa era contribuir para a gradual eliminação e também para a prevenção do trabalho infantil no estado da Bahia, por meio do treinamento de 120 (cento e vinte) educadores em 15 (quinze) municípios do estado, bem como de 15 técnicos de modo a torná-los aptos a implementar um processo similar ao desenvolvido pelo Projeto Axé em Salvador, nas cidades onde atuam.

Para alcançar esse objetivo, o Programa de Ação realizou três seminários no interior da Bahia. O “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Juazeiro” foi realizado em junho de 1995. Participaram desse seminário quarenta e sete pessoas oriundas de Juazeiro e de municípios próximos (Petrolina, Remanso, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Capim Grosso, Curaçá e Sobradinho).

A sua programação englobou palestras e debates sobre condições do trabalho infantil na Bahia, trabalho do Projeto Axé, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Juazeiro, migrações, educação e o papel do educador. Como propostas finais do seminário, foram apresentadas: a inclusão de pessoas da região nos cursos de formadores do projeto Axé; avaliação do grupo em seis meses; indicação do grupo de multiplicadores; realização de seminários sobre temas específicos para os multiplicadores; reunião com empresários da região para expor o Projeto Axé; e atenção especial às questões de migração, da droga e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região.

O “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Feira de Santana” foi realizado em maio de 1995. Teve participação de 37 (trinta e sete) pessoas, sendo 10 (dez) representantes de ONGs, 15 (quinze) de entidades governamentais e 5 (cinco) de Conselhos Tutelares. Realizado em Feira de Santana, contou com a participação de representantes de 13 (treze) municípios próximos: Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, Pojuca, Pé de Serra, Iraquara, Amargosa, Santa Bárbara, Pintadas, Coração de Maria, Santo Estevão, Alagoinhas e Catú.

Este encontro foi realizado nos moldes do seminário de Juazeiro, sendo que o evento apresentou as seguintes propostas para enfrentar o problema do trabalho infantil na região: formação de educadores de rua pelo Projeto Axé; maior assistência técnica para os projetos existentes na região voltados para a profissionalização da criança e do adolescente; intermediação do Projeto Axé na captação de recursos para viabilização de projetos regionais; realização de seminário com empresários locais para apresentar o Projeto Axé; divulgação das recomendações da OIT e do ECA para todos que elaboram e desenvolvem projetos referentes à criança e ao adolescente na região.

Finalmente, o “Seminário Regional de Disseminação da Metodologia do Axé para Substituição do Trabalho Infantil por Atividades Adequadas de Itabuna” foi realizado em novembro de 1995. Esse seminário contou com a participação de representantes de 12 (doze) municípios, 17 (dezesete) instituições e 40 (quarenta) participantes. Ao todo foram 26 (vinte e seis) horas de atividades, com conferências, debates e oficinas.

A partir desse seminário, houve uma maior mobilização da sociedade nos municípios que participaram das atividades para a questão da educação e de sua relação com o trabalho infantil, estabelecendo-se uma maior interrelação entre os municípios próximos para combater o problema.

A realização desses seminários englobava uma série de atividades prévias e posteriores. Nas atividades prévias, eram realizadas reuniões com representantes de entidades governamentais e não-governamentais que atuavam na região na defesa de crianças e adolescentes. Essas reuniões ocorriam também nas cidades próximas ao lugar onde seria a sede do seminário, o que promovia já a mobilização da sociedade em torno da questão. No que tange às atividades posteriores, os técnicos recebiam orientação para melhor aplicação da metodologia do Projeto Axé.

A partir dessas reuniões e seminários, foram escolhidos 15 (quinze) técnicos que receberiam treinamento especial no Projeto Axé, em Salvador, para que pudessem implementar ações similares em suas cidades de origem. Os técnicos foram treinados, mas não há relatos que permitam saber os resultados das ações posteriores destes técnicos.

Com base nos seminários realizados, houve uma maior participação da sociedade e dos municípios escolhidos pelo Projeto, bem como uma articulação entre todos os envolvidos, no sentido de enfrentar a questão do trabalho infantil e de crianças vivendo na rua em situações de precariedade. Políticas públicas locais foram também elaboradas e implementadas com base nas discussões realizadas.

Paralelamente às ações deste segundo programa de ação, outro Programa de Ação do Projeto Axé foi apoiado técnica e financeiramente pelo IPEC/OIT. Este Programa intitulava-se “Treinamento e Monitoramento de Educadores” e tinha como área de abrangência a cidade de Salvador, na Bahia.

Seu objetivo geral era contribuir para a gradual eliminação do trabalho infantil e para a inserção das crianças e adolescentes na educação formal, através da conscientização da comunidade, dando suporte direto para crianças e adolescentes que estão nas ruas e trabalham no setor informal em Salvador –BA.

Seus objetivos imediatos previam: a) formar um grupo de 14 (quatorze) educadores, dando-lhes treinamento e pagando-lhes salário regular, para assistir 500 (quinhentas) crianças do Programa de Ação; e b) elaborar e distribuir cinco mil cópias de uma cartilha sobre a experiência do Projeto Axé, para cinco mil ONGs nacionais.

Foi realizado o treinamento com 14 (quatorze) técnicos, de fevereiro a março de 1995. Esse treinamento aconteceu com a participação de técnicos do Projeto Axé, bem como de consultores externos. Entre 1994 e 1998, tempo de vigência do programa de ação, foi viabilizado um encaminhamento e acompanhamento médio mensal de 266 meninos e meninas nas várias atividades do Centro Axé.

Vale acrescentar que a cartilha prevista foi feita e denominada “Sabia, Sabiá? Ações Complementares à Escola”. Sua tiragem foi de cinco mil exemplares, que foram distribuídos gratuitamente para organizações não-governamentais que atuavam na área de defesa do direito das crianças e dos adolescentes.

Houve maior mobilização da sociedade para a questão da educação e de sua relação com o trabalho infantil



O IBGE, em 1990, registrou 7,5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 10 a 17 anos, trabalhando no Brasil

As atividades do IPEC com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE): conscientização e mobilização social na luta contra o trabalho infantil

O IBGE, em 1990, registrou 7,5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 10 a 17 anos, trabalhando no Brasil. Esses números indicavam uma situação muito grave, uma vez que iam contra a Constituição Federal, ao ECA e à Convenção nº 138 da OIT, que recomenda que a idade mínima para ingresso no mundo do trabalho não deve ser inferior à idade em que cessa a obrigatoriedade de frequência à escola, o que, de acordo com as leis brasileiras, corresponde às oito séries do ensino fundamental.

A CNTE, a partir dessas constatações, decidiu implementar ações que buscassem associar a luta contra o trabalho infantil e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dentre eles o direito ao acesso à educação. Foi então proposto ao IPEC, por parte da CNTE, um Programa de Ação intitulado “Conscientização e Mobilização Social na Luta contra o Trabalho Infantil”, desenvolvido entre 1995 e 1999.

O objetivo final deste programa era contribuir para a eliminação gradual do trabalho infanto-juvenil e a permanência na escola através da conscientização e mobilização de 600.000 (seiscentos mil) trabalhadores em educação.

Para tanto, a CNTE se propunha a treinar 13 técnicos de seu quadro de funcionários, 50 educadores/multiplicadores representativos de 27 estados brasileiros e 35.000 outros educadores para disseminarem o processo de conscientização e mobilização na luta contra o trabalho infantil.

Além deste treinamento massivo, que foi realizado como previsto, a CNTE propôs a realização de uma pesquisa sobre o trabalho infantil em seis capitais brasileiras: Belém – PA; Recife – PE; Goiânia – GO; Belo Horizonte – MG; São Paulo – SP e Porto Alegre – RS².

A pesquisa deveria traçar um quadro da relação existente entre trabalho infantil e educação nas grandes cidades brasileiras. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi chamado para operacionalizar a realização da pesquisa que foi denominada “O Trabalho Tolerado de Crianças até Quatorze anos em seis Capitais Brasileiras”.

Assim, o objetivo da pesquisa era analisar as condições de trabalho e de educação de crianças de sete a quatorze anos, nestas capitais brasileiras, para fornecer subsídios para a reflexão acerca das conseqüências da convivência trabalho e estudo na infância para o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social de crianças. Como objetivo específico esperava-se reunir, sistematizar e analisar dados sobre o trabalho infantil que permitissem elaborar propostas bem fundamentadas para a sua erradicação.

O método adotado pela investigação foi o de amostragem por conglomerados, com unidade amostral primária, que correspondia às escolas apontadas como tendo alunos que trabalham e unidade amostral secundária, que correspondia aos alunos elencados e em seguida amostrados em cada escola. Tanto as escolas como os alunos foram escolhidos por sorteio, aleatoriamente. Foram entrevistadas 1.419 (um mil, quatrocentas e dezenove) crianças que trabalham com idade entre sete e quatorze anos, matriculadas e frequentando escolas municipais e estaduais das capitais pesquisadas, no ensino fundamental.

Nas cidades pesquisadas, o trabalho de campo foi coordenado pelas seguintes entidades sindicais de trabalhadores em educação locais: Sintepp – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Belém); Sintepe - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Recife); APEOESP – Associação (Sindicato) dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (São Paulo); Sintege - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de

² A escolha destas capitais foi justificada em função da diversidade econômica, regional e cultural que elas representam. No entanto, não há um caráter amostral nesta escolha, ou seja, os dados coletados não podem ser generalizados para todo o Brasil. A pesquisa indicava que outras cidades brasileiras também deveriam ser investigadas no que se refere à questão da educação e de sua relação com o trabalho infantil.



Goiás (Goiânia); SindUte – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Belo Horizonte); CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Porto Alegre).

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário com 51 perguntas, divididas em quatro blocos:

- 1º Bloco: dados pessoais (sexo, idade, série e outros), da família e domicílio (com quem mora, descrição da casa, o trabalho dos pais, a renda da família, atividades laborais da família);
- 2º Bloco: dados sobre a escola (repetência, defasagem idade/série, relação do entrevistado com os estudos);
- 3º Bloco: dados sobre o trabalho (natureza do trabalho, jornada, remuneração, local do trabalho, idade de início no trabalho, possibilidades de parar de trabalhar);
- 4º Bloco: dados sobre as idéias relacionadas ao trabalho infantil e às expectativas para o futuro (relação do entrevistado com o trabalho, idéias que tem acerca do trabalho infantil e conhecimento dos direitos das crianças).

O Relatório Final da Pesquisa traz um expressivo número de informações sobre as cidades pesquisadas. Esses resultados estão organizados por cidade, com uma análise também em separado de cada uma dessas realidades. Há ainda um capítulo final no qual são comentados e analisados os grandes temas da pesquisa (dados pessoais e da família, educação, trabalho e idéias sobre o trabalho infantil) nas seis cidades, sem objetivo de estabelecer comparações e, sim, de apontar tendências presentes em todas elas e de destacar algumas diferenças importantes.

A pesquisa apresentou os seguintes resultados, compilados em seu Relatório Final:

- 1.419 (um mil, quatrocentas e dezenove) crianças foram entrevistadas. Mais de 70% dessas crianças ainda não tinham quatorze anos.
- Constatou-se que a maioria dessas crianças eram oriundas de famílias constituídas de modo tradicional, com pai, mãe e irmãos morando na mesma casa;
- Em mais de 70% dos casos, pai e mãe trabalhavam e recebiam uma remuneração baixa. No entanto, a pesquisa não conseguiu determinar a renda familiar, por falta de dados, ficando claro apenas que havia uma expressiva concentração em faixas de rendimentos baixos;
- Os pais e as mães dos entrevistados exerciam uma grande variedade de profissões, porém isso não parecia influir no fato de as crianças trabalharem;
- As crianças que trabalhavam realizavam trabalhos de adulto, cumprindo longas jornadas (muitas trabalhavam em tempo integral e, em vários casos, parte dessa jornada era cumprida à noite), durante cinco, seis ou sete dias da semana, indicadores que atestam o caráter penoso do trabalho exercido por grande parte dos entrevistados. Acrescenta-se a isso o fato de que de 55% (cinquenta e cinco por cento) a 70% (setenta por cento) ganhavam menos de um salário mínimo. Outro dado importante colhido nas entrevistas era que uma parte dos entrevistados em cada uma das cidades não respondeu quanto ganhava, o que pode sugerir que trabalhavam sem qualquer remuneração;
- Um terço das crianças começou a trabalhar antes dos dez anos de idade e o trabalho que exerciam não tinha um caráter pedagógico: era pouco qualificado e destinava-se à produção de bens e serviços;
- A grande maioria não tinha férias;
- Havia um vínculo entre repetência e trabalho, pois, entre as crianças entrevistadas, de 60% (sessenta por cento) a 70% (setenta por cento) das que trabalhavam já repetiram séries na escola; ao passo que os dados divulgados pelo Ministério da Educação indicam uma média de 20% de repetência nas cidades pesquisadas, ou seja, as crianças que trabalhavam atingiam um índice de repetência muito superior à média. Porém, essas crianças apontavam como principal motivo para a repetência a falta de interesse e a dificuldade em aprender, e não o trabalho. Os deveres de casa eram feitos quase sempre à noite, ou em horários diversos devido ao trabalho;
- Muitas crianças não tinham tempo para praticar esporte ou brincar;

As crianças
realizavam
trabalhos de
adulto,
cumprindo
longas
jornadas



- Quase todas afirmavam que gostavam de trabalhar e os motivos mais citados para o trabalho eram: ajudar na renda da família, o aprendizado que o trabalho representa e a alternativa à rua. No entanto, entre os pesquisados na maioria das cidades, em torno de 20% trabalhavam na rua, onde estão expostos a vários problemas e perigos. Devido aos motivos apresentados para o trabalho, diziam que não gostariam de parar de trabalhar e a maior parte acreditava que criança deve trabalhar antes dos quatorze anos. É pequeno o percentual dos que condenam o trabalho antes dessa idade; entre esses, os motivos apresentados para parar de trabalhar eram brincar, estudar e ficar livre;
- Como expectativa para o futuro, a grande maioria sonhava em fazer cursos superiores;
- Entre as causas do trabalho infantil no Brasil, o estudo lista a concentração de renda, a falta de uma política educacional integral, a precarização das relações de trabalho e o valor que a sociedade atribui ao trabalho, naturalizando-o, vendo-o como tolerável e até mesmo como desejável;
- O trabalho das crianças apresenta-se, neste quadro, como uma estratégia de sobrevivência e de inserção social das suas famílias. No entanto, esse trabalho reproduz e aprofunda as desigualdades sociais existentes, pois prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social na infância, uma vez que criança que trabalha não dispõe de tempo para brincar nem para estudar de forma adequada.

O estudo conclui que “trabalho infantil não é solução, é problema para a criança e a sociedade”. Como resultado dessa pesquisa também há uma reflexão sobre o que se considera trabalho tolerado. Destaca-se que as formas consideradas intoleráveis de trabalho, por exporem as crianças a condições de risco, insalubridade e sofrimento, causam indignação e movem a sociedade por sua erradicação imediata.

Porém, as formas tidas como toleradas, em que não há riscos imediatos para a vida dessas crianças – como vendas, entregas de encomendas, serviços domésticos, ajudantes de produção na indústria leve ou de artesanato, serviços de escritórios, entre outros - são aceitas e até incentivadas. Essas formas, no entanto, trazem diversos danos para o desenvolvimento dessas crianças, como indica a pesquisa, ao associar trabalho e defasagem escolar.

Essas crianças estão ainda totalmente excluídas da proteção das leis trabalhistas, uma vez que a legislação brasileira não permite a contratação desses trabalhadores. Mesmo no caso daqueles que poderiam ter algum tipo de garantia, a maioria das firmas que os empregam, sem contar com os que fazem trabalho explicitamente informal nas ruas, não obedecem à legislação trabalhista vigente no País.

A pesquisa insiste, porém, que não se trata de reivindicar o cumprimento do que é exigido na lei trabalhista e sim de erradicar o trabalho infantil em todas as suas formas e de ressaltar a exploração de crianças que fazem trabalho de adulto, cumprem longas jornadas, inclusive noturnas, não têm qualquer tipo de proteção legal e ainda recebem uma remuneração irrisória.

Há também uma outra questão destacada pela pesquisa: o desempenho da escola. Muitos dos entrevistados afirmam que estudar é bom, mas a escola é pouco interessante. Merece reflexão esse dado, pois ele destaca a distância entre a escola e a realidade dos alunos, indicando que essa instituição, importantíssima para o futuro dessa criança, não está cumprindo a contento a sua função educadora e deve ser responsabilizada em parte pelo desempenho dos alunos. Mas o que é mais ressaltado como principal causa para o fraco desempenho dos entrevistados é a falta de tempo para dedicar-se aos estudos que as crianças trabalhadoras enfrentam.

Uma pergunta é, então, colocada pelo estudo: “O trabalho infantil que aparentemente não é penoso, insalubre ou perigoso, que é feito por crianças que não estão fora da escola, que não aparece no dia a dia, pois já foi naturalizado, esse trabalho pode ser tolerado ou ele é tão nocivo e prejudicial à criança e à sociedade que deve ser combatido?” (Resumo Executivo, p. 13).

E conclui que “O trabalho na infância em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba se tornando uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social” (Resumo Executivo, p. 13).

Como resultado desta pesquisa houve uma ampliação do Programa de Ação proposto pela CNTE, envolvendo a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Dessa parceria surgiu a cartilha “Lugar de criança é na escola”, cujo objetivo era divulgar informações importantes acerca do trabalho infantil no Brasil, esclarecendo educadores e professores sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o papel da escola na prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Foi então elaborada e lançada uma cartilha com tiragem de 50 mil exemplares, que foi distribuída gratuitamente para professores, educadores e agentes envolvidos na luta contra o trabalho infantil no Brasil, em 1999.

A cartilha, que tem o mesmo título do projeto, contém farto e articulado material de informação e conscientização sobre o trabalho infantil no Brasil. Inicialmente, há dados sobre a problemática do trabalho infantil no mundo, em seguida, centra-se nas questões nacionais. São divulgadas, de forma bastante didática, as leis que protegem crianças e adolescentes. Encontra-se também no material uma definição de trabalho infantil.

Os dados são oriundos de diversas fontes, além da pesquisa realizada pelo DIEESE em parceria com a CNTE e com apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT, e englobam: situação da família, a criança e o adolescente que trabalham, as condições de trabalho e remuneração das famílias e das crianças, além de estudos comparativos sobre trabalho infantil e desempenho escolar.

Dois capítulos referem-se à atuação da CUT e da CNTE na luta contra o trabalho infantil. O capítulo final apresenta os principais parceiros que atuam no Brasil nessa luta, entre os quais figura a OIT, e conclui defendendo a escola como alternativa para as crianças trabalhadoras e conclamando todos a se engajarem de forma ativa e conseqüente no movimento de erradicação e prevenção do trabalho infantil.

Vale ainda acrescentar que foi feita a realização de concurso, mobilizando professores e alunos para a elaboração de um cartaz contra o trabalho infantil a ser reproduzido para todo o Brasil. Este cartaz teve como autora uma aluna de uma escola municipal de Pernambuco.

O cartaz traz as frases: Lugar de criança é na escola: não ao trabalho infantil. Foram feitas 10 mil cópias deste material, que foram distribuídas às 29 (vinte e nove) entidades filiadas à CNTE: SINTEAC – AC; SINTEAL – AL; SINTEAM – AM; SINSEPEAP – AP; APLB – BA; SINDIUTE – CE; SINPRO – DF; SAE – DF; SINDIUPES – ES; SINTEGO – GO; SINPROESEMMA – MA; SIND-UTE-MG; FETEMS – MS; SINTEP – MT; SINTEPP – PA; SINTEP – PB; SINTEPE – PE; APEP – PI; APP – PR; SINTE – RN; SEPE – RJ; SINTERO – RO; SINTER – RR; CPERS – RS; SINTE – SC; SINTESE – SE; SPEOESP – SP; SINDIFUSE – SP e SINTET – TO.

O PROGRAMA INTER-REGIONAL MOBILIZAÇÃO DE PROFESSORES, EDUCADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Em março de 1990, foi realizada, na Tailândia, a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”. Essa conferência indicou a necessidade de que todos os países garantissem a universalização do acesso à educação básica, especialmente das crianças, até o ano 2000. Outra indicação dessa conferência foi a incorporação pela educação básica de elementos e estratégias para prevenção do trabalho infantil. Há, portanto, desde esta conferência, a compreensão da íntima relação existente entre políticas educacionais e erradicação do trabalho infantil.

Em 1995, com base nos desdobramentos da Conferência e em diversas ações implementadas em muitos países, teve início, na sede do IPEC/OIT, em Genebra, a elaboração do Programa Inter-Regional Mobilização de Professores, Educadores e Suas Organizações no Combate ao Trabalho Infantil, envolvendo diversos países de todo o mundo, em especial aqueles com maiores problemas na área de educação e de trabalho infantil. Esse programa foi proposto pelo IPEC/OIT, em conjunto com UNICEF, UNESCO, International Education, tendo contado com o apoio financeiro do Governo da Noruega.

*Lugar de
criança é na
escola: não
ao trabalho
infantil*



O seu objetivo era promover a mobilização de professores, educadores e suas organizações no combate ao trabalho infantil, uma vez que educadores e professores são considerados agentes em potencial para prevenir o trabalho infantil e para inserir crianças trabalhadoras na escola. Deveriam ser, também, desenvolvidas e implantadas, segundo o programa, propostas alternativas que contemplassem a situação de crianças que trabalham, permitindo a essas crianças o acesso a uma educação de qualidade.

Ações Iniciais

As primeiras ações ligadas ao desenvolvimento desse Programa Regional no Brasil remontam ao ano de 1996, quando o IPEC decidiu solicitar a alguns países que realizassem uma pesquisa sobre experiências notáveis de combate ao trabalho infantil articuladas com a dimensão educacional.

O Brasil foi um desses países escolhidos. Para identificar as melhores práticas educacionais no país voltadas para a erradicação do trabalho infantil, o IPEC/OIT celebrou uma parceria com o CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, que realizou uma pesquisa intitulada “Programa Inter-Regional sobre Mobilização de Professores, Educadores e Organizações sobre o Combate ao Trabalho Infantil: Estudo de Cinco Experiências Brasileiras”.

O objetivo dessa pesquisa era identificar e descrever as experiências brasileiras mais bem sucedidas, realizadas por entidades governamentais e não-governamentais acerca da questão do trabalho infantil e da educação, a fim de divulgá-las para que pudessem servir de referencial para a implementação de ações concretas em relação à prevenção e à erradicação do trabalho infantil.

Como produto dessa pesquisa foi elaborado um estudo em que são relatadas as seguintes experiências: a) Lugar de Criança é na Escola, realizada em Campos Altos – MG; b) Toda Criança na Escola, da Prefeitura Municipal de Santos – SP; c) Projeto Axé; d) Educação Alternativa e Iniciação Agrícola para Crianças Rurais, em Petrolina – PE; e e) Ação Conjunta da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e OIT, na Luta Contra o Trabalho Infantil, desenvolvida em várias cidades do País.

As experiências selecionadas envolviam diferentes atores, ligados a sindicatos, administração pública e organizações não-governamentais, com diversos focos de ação educativa, realizadas conforme apresentado acima, em várias cidades brasileiras. Elas tinham em comum os seguintes pontos considerados fundamentais para o sucesso alcançado:

- o envolvimento da comunidade: todos os cinco programas envolveram a sociedade, através dos seus órgãos governamentais e não-governamentais;
- a valorização da educação formal: a escola é vista por todos como um espaço de construção da cidadania. Dois projetos: Axé e Iniciação Agrícola desenvolvem também atividades de educação informal, visando preparar a criança e o adolescente para retornar à escola formal e complementando, quando necessário, a educação dada pela escola regular;
- a valorização do professor/educador: os programas descritos buscam resgatar a importância da função do professor/educador para a sociedade e desenvolvem ações que permitem a sua formação permanente e contínua. Todas partem do pressuposto de que a educação tem um papel chave e instrumental na erradicação do trabalho infantil e na inserção das crianças e adolescentes na sociedade.

Uma síntese desta pesquisa foi apresentada em uma conferência mundial sobre educação, realizada em Genebra, em maio de 1997. Nessa ocasião, o IPEC/OIT realizou uma mesa redonda intitulada “Mobilização de Professores, Educadores e suas Organizações para o Combate ao Trabalho Infantil”, cujo objetivo era a identificação e divulgação de experiências bem sucedidas de diversos países acerca da relação trabalho infantil e educação. Participaram desse evento cinco países da Ásia: Índia, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Nepal; três da África:

A escola é vista por todos como um espaço de construção da cidadania



Quênia, Egito, Tanzânia; e um da América do Sul: Brasil; e também representantes da organização Education International, UNICEF e UNESCO.

O representante do Brasil, ligado ao CENPEC, participou, com apoio do IPEC/OIT, dessa mesa redonda e apresentou, nesta ocasião, uma síntese das experiências identificadas na pesquisa.

Em agosto de 1997, o CENPEC produziu uma síntese da pesquisa, à qual foram incorporadas recomendações feitas pelos demais participantes da mesa redonda realizada em Genebra. Nesse documento, intitulado “Relatório sobre as Cinco Experiências Brasileiras”, destacam-se as seguintes recomendações:

Em âmbito nacional:

- incluir o tema do trabalho infantil na agenda das organizações de professores;
- adotar políticas de ação que promovam a mobilização e engajamento de professores, educadores e da comunidade, por meio de campanhas, manifestações, contato com a mídia e com demais formadores de opinião, a fim de melhorar a educação formal e não-formal, de erradicar o trabalho infantil e garantir os direitos humanos, em especial os da criança e do adolescente;
- estabelecer parcerias com sindicatos de outras categorias nessa luta, bem como organizações governamentais e não-governamentais;
- ampliar o apoio das organizações aos educadores do sistema não-formal de ensino;
- contribuir para a valorização da educação, entendida como aquela que visa formar o educando como pessoa, como cidadão e como trabalhador, e dos seus profissionais;
- desenvolver ações de combate à evasão e à repetência;
- aperfeiçoar o currículo, ampliando o nível da educação dirigida a todos e incluindo em seus conteúdos o tema dos direitos humanos, especificamente os da criança e o combate ao trabalho infantil;
- denunciar abusos do trabalho infantil e colaborar na sua prevenção;
- divulgar a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção OIT nº 138.

Em âmbito local, educadores e suas comunidades deveriam:

- conhecer os direitos humanos, direitos da criança e trabalho infantil;
- analisar o problema para buscar soluções efetivas;
- desenvolver ações para conscientizar os estudantes e as comunidades em que atuam sobre a natureza do trabalho infantil, suas causas e conseqüências;
- elaborar e implementar projetos especiais nas comunidades onde atuam tendo como beneficiários diretos as crianças e os adolescentes que trabalham;
- trabalhar em sala de aula com um currículo apropriado e relevante, permitindo a apropriação de conhecimentos de forma crítica e significativa;
- comprometer-se com a aprendizagem de todos os seus alunos, encarando-a como um direito de cidadania;
- Aprofundar a compreensão do universo dos alunos, em particular dos que vêm das camadas mais pobres da população e, entre eles, dos que foram retirados ou estão ainda no trabalho infantil.

Uma vez realizada e sistematizada esta ampla discussão sobre as experiências bem sucedidas em nível mundial, a equipe do IPEC/OIT pôde então dar uma forma final ao programa interregional em questão. De acordo com o documento de projeto elaborado em meados de 1998, que explicita as linhas mestras do programa, o mesmo deveria organizar-se em três linhas de atuação:

Valorização da
educação que
visa formar o
educando
como pessoa,
cidadão e
trabalhador



1. inicialmente, ocorreria a identificação de ações já desenvolvidas que tiveram sucesso atuando na área de educação e trabalho infantil, em diversos países do mundo, fase esta já realizada por ocasião do evento realizado em Genebra, no ano anterior;
2. em seguida, seriam realizadas ações diretas, envolvendo a sociedade por meio de seus órgãos governamentais e não-governamentais, para garantir o direito das crianças à educação, especialmente daquelas que trabalham;
3. e, finalmente, seriam desenvolvidas estratégias para incluir a discussão, com vistas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil, nas políticas nacionais de educação, em particular nos países mais afetados pelo problema.

Articulações para Implementação do Programa Interregional no Brasil: a adaptação do kit

Uma vez formatadas as linhas mestras de desenvolvimento do programa interregional no Brasil, o IPEC/OIT procedeu à contratação de um profissional que ficaria responsável pela coordenação nacional do programa. Uma vez contratada, esta coordenadora constituiu um Grupo Conselheiro composto por representantes de diversas entidades ligadas à área da educação e da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Em uma reunião inicial com este Grupo o Programa Interregional foi apresentado, tendo sido recolhidas sugestões importantes sobre o modo como o mesmo deveria ser implementado no Brasil.

Logo no início deste processo, a coordenadora do programa, acatando uma sugestão do Grupo Conselheiro, iniciou uma série de articulações no sentido de produzir um material didático que fosse capaz de guiar o trabalho de ação direta a ser desenvolvido com os educadores no país.

Na verdade, a necessidade de se elaborar esse material era uma demanda antiga, levantada desde a reunião ocorrida em maio de 1997, em Genebra, quando foi proposto aos países participantes da reunião que utilizassem um material já existente, denominado “Trabalho Infantil: um Kit de Informações para Educadores e suas Organizações”, na mobilização e no treinamento de professores e educadores para o combate ao trabalho infantil. Nessa ocasião, os países que participaram da mesa redonda promovida pelo IPEC/OIT apontaram a necessidade de adaptação deste Kit para a realidade de cada país, considerando que a diversidade cultural, social e econômica impedia que um mesmo material fosse utilizado de forma homogênea por todos.

Desta forma, a fim de suprir a necessidade deste material de trabalho, o IPEC/OIT contratou o CENPEC para que o Kit aludido fosse analisado e adaptado à realidade brasileira. Esse projeto de adaptação foi desenvolvido entre janeiro de 2000 e março de 2001.

O objetivo geral desse projeto era contribuir para a erradicação do trabalho infantil no Brasil e os seus objetivos imediatos versavam sobre a divulgação e o conhecimento de alternativas metodológicas e pedagógicas de sensibilização e mobilização de professores e suas organizações para erradicar o trabalho infantil no País.

Esse projeto seguiu os seguintes passos: a) tradução do kit para a língua portuguesa; b) levantamento de dados da realidade nacional sobre o tema abordado e apresentação de proposta para o conteúdo; c) tratamento didático e projeto gráfico; d) realização de oficina de trabalho pelo CENPEC com o IPEC/OIT e a CNTE para análise do material elaborado, abordando a sua adequação à realidade brasileira, considerando a diversidade cultural e social do Brasil; e) revisão e ajuste final do conteúdo e da apresentação do kit.

O kit adaptado é composto de dois cadernos, quatro cartazes e um jogo (formado por um cartaz, que serve de base, um manual de instruções e uma cartela para destacar peças de papel). Todos esses materiais estão acondicionados em uma caixa de papelão com o título: “Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores”.

A estrutura dos conteúdos de cada um dos cadernos pode ser vista a seguir:

Foi feita a adaptação do Kit para cada país, de acordo com a diversidade cultural, social e econômica



Caderno 1: Trabalho Infantil, Direitos das Crianças e Educação

Introdução: apresentação do projeto, com textos que visam a sensibilização e mobilização de professores e educadores para a questão do trabalho infantil.

Capítulo 1: intitulado Trabalho Infantil, discute sua definição, causas, diferentes formas, características, exemplos e efeitos do trabalho infantil.

Capítulo 2: Os Direitos das Crianças. Apresentam-se as medidas internacionais, os instrumentos da OIT contra o trabalho infantil, a Convenção das Nações Unidas (1989) e declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990).

Capítulo 3: traz recomendações sobre o papel da educação no combate ao trabalho infantil, defendendo o direito das crianças à educação e ao brincar.

Caderno 2: Sugestões de Atividades

Introdução: apresentação do conteúdo do caderno e orientações gerais para o desenvolvimento das atividades sugeridas, especialmente o seu planejamento, visando otimizar a utilização do material e também promover a formação do professor/educador para intervir na questão.

Em seguida à introdução, é apresentada uma série de sugestões para trabalhos acerca do trabalho infantil no Brasil e no mundo, buscando despertar a consciência crítica da criança para a sua realidade e também a compreensão dos seus direitos. São apresentadas sugestões de atividades diversas para as séries do ensino fundamental, divididas em dois blocos (de 1^a. a 4^a e de 5^a a 8^a.).

Essas sugestões são propostas em relação às seguintes disciplinas: História, Português, Ciências, Geografia e Arte. No entanto, como indica a introdução, não apenas as outras disciplinas podem como devem se engajar na busca de atividades que abordem a problemática do trabalho infantil.

O ponto de partida para as atividades sugeridas é o envolvimento da comunidade, não apenas do aluno, e também a problematização da realidade, levantando questões que possam orientar um outro olhar para a questão do trabalho infantil. Destaca-se a necessidade de o professor partir do que o(a) aluno(a) já conhece, abrir espaço para que seja explicitado esse conhecimento para que, então, possa, coletivamente, construir uma postura crítica.

Antes de utilizar o material na escola com os alunos e a comunidade, orienta-se o educador e o professor a formarem uma comissão com o diretor e os demais interessados para análise preliminar do material. Então, a comissão irá decidir qual a melhor forma de utilização do material e estabelecer um cronograma de duração do projeto.

Vale destacar que o material é de significativa qualidade tanto no que diz respeito aos textos quanto a sua apresentação gráfica, com farto material fotográfico e ilustrações condizentes com o tema abordado.

Como já descrito, a terceira linha de ação do Programa Inter-regional Mobilização de Professores, Educadores e suas Organizações para o Combate ao Trabalho Infantil previa a inclusão da temática do trabalho infantil na elaboração de políticas nacionais de educação.

Um desdobramento dessa linha já foi atingido no Brasil na medida em que o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Fundamental, reproduziu 300.000 exemplares desse kit no início de 2003.

A idéia do Governo Federal é distribuir este material para os professores por meio da Rede Nacional de Formadores (RNF), que é uma rede constituída por um grupo de profissionais com experiência na formação de professores (identificados e contratados pelo MEC). Uma vez que esta rede leva para as Secretarias de Educação de cada estado e de cada município o que há de mais atualizado em termos de propostas de trabalho em sala de aula, o kit terá todas as condições de chegar de maneira adequada a todas as escolas públicas do país.

O ponto de partida para as atividades sugeridas é o envolvimento da comunidade, não apenas do aluno



Vale acrescentar que, além do MEC, a Editora Campus e a Rede Globo de televisão também se mostraram interessadas em reproduzir o kit a fim de distribuí-lo no âmbito do programa de voluntariado Amigos da Escola, que articula comunidades em todo o Brasil em torno das necessidades de escolas carentes. É interessante notar que o estabelecimento dessa nova parceria só está sendo possível porque a qualidade gráfica e o conteúdo do material foram reconhecidos pela Editora Campus e pela Rede Globo de Televisão, fazendo com que o kit, segundo esses parceiros, tenha a “cara do Brasil”, facilitando sua disseminação.

Programas de Ação Direta

Como desdobramento da segunda linha de ação do Programa Inter-regional foram implementadas ações diretas. Para implementação dessas ações foram desenvolvidos dois programas de ação: um no estado de Pernambuco e outro no estado de Alagoas. Abaixo são descritas essas experiências.

Projeto de Capacitação de Educadores e Mobilização das Famílias para Erradicação do Trabalho Infantil nas Casas de Farinha da Região do Agreste Meridional de Pernambuco

Este programa de ação foi fruto de um contrato entre o IPEC/OIT e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco (SEPLANDES/PE) e contou com o envolvimento das seguintes instituições: CIELA – Centro Interuniversitário para Estudos da América Latina, África e Ásia, SEED – Secretaria Estadual de Educação (PE), Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, através das suas Secretarias de Educação e de Assistência Social.

O programa iniciou-se em dezembro de 1999 e terminou em junho de 2001 e teve uma área de abrangência de 8 (oito) municípios de Pernambuco: Jupi, Jucati, Lajedo, São João, Caetés, Alagoinha, Capoeiras e Tacaratu. Seu objetivo geral foi o de contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil nas casas de farinha dos referidos municípios e esse objetivo articulava-se com os seguintes objetivos imediatos:

- planejar e coordenar a execução das políticas governamentais relacionadas ao desenvolvimento social do estado;
- capacitar recursos humanos para prestar atendimento educacional adequado às crianças e adolescentes retirados do trabalho em casas de farinha;
- mobilizar as famílias para conscientização dos direitos da cidadania infanto-juvenil e para a busca de soluções alternativas de renda.

Casa de Farinha é a denominação dada ao local onde são instalados os equipamentos destinados à fabricação da farinha de mandioca. São unidades industriais rústicas, em geral, do setor informal, mas que constituem uma atividade econômica muito importante para os municípios, sobretudo na ocasião das secas.

As Casas de Farinha são, freqüentemente, edificações antigas e mal conservadas, que utilizam maquinário movido à lenha ou à eletricidade. Os ambientes são insalubres: mal ventilados, sem higienização, não possuem instalações sanitárias, as máquinas fazem ruído excessivo e as instalações elétricas são precárias. Nesses estabelecimentos, a organização do trabalho se dá por produção. Assim, os adultos são remunerados pelo que produzem, o que leva a fazer com que os pais de família envolvam todos os seus filhos na produção (inclusive crianças com idade abaixo dos 6 anos), para que possam obter maiores ganhos. Aqui situa-se a questão do trabalho infantil nas Casas de Farinhas.

Em 1997, o Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (NUCAPE), da Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, realizou um levantamento sobre o trabalho precoce no setor de fabricação de farinha de mandioca. O levantamento foi feito em 12 (doze) municípios pernambucanos, foram fiscalizadas 117 (cento e dezessete) casas de farinha e encontradas cerca de 1600 (mil e seiscentas) crianças e adolescentes de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos envolvidas na produção de farinha de mandioca.

Casa de
Farinha é a
denominação
dada ao local
onde são
instalados os
equipamentos
destinados à
fabricação da
farinha de
mandioca



Uma pesquisa sobre os riscos à saúde e segurança dos adolescentes e crianças que trabalham nas casas de farinha, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho com apoio do IPEC/OIT, em 1999, constatou uma série de problemas de saúde nas crianças e adolescentes tais como: problemas de pele, ferimentos pelo trabalho, mucosas descoradas e desnutrição.

A partir dessa constatação foi implementada uma série de ações entre Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, inclusive multando os farinhaeiros e realizando ações judiciais. Entretanto as sentenças das ações abalaram a sociedade local, pois as famílias tiveram uma redução no seu poder aquisitivo, gerando até fome.

Com a constatação desse problema, o governo estadual, entidades não-governamentais SEBRAE, PNUD, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho procuram realizar um conjunto de ações que visavam a incrementar a assistência social e a apoiar o desenvolvimento local, com modernização do processo produtivo e viabilização alternativas econômicas para as famílias.

Todo esse processo ganhou um reforço com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal. O PETI possui duas linhas de ação. Uma diz respeito ao atendimento às crianças e aos adolescentes, na qual os municípios devem assegurar que todas as crianças retiradas do trabalho estejam na escola regular e freqüentem a jornada ampliada, destinada às crianças de 07 a 14 anos.

A segunda linha de ação do PETI refere-se às ações a serem desenvolvidas com as famílias; prevê o combate às situações de desemprego e subemprego das famílias atendidas pelo programa, visando gerar ocupações produtivas e renda, potencializando todos os recursos e oportunidades econômicas da população alvo, a partir de capacitação massiva para organização dos trabalhadores de forma autogestionária em empresas, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços com competitividade no mercado.

O PETI assegurava bolsas de R\$50,00 (cinquenta reais) pagas às famílias, para cada duas crianças/mês que estivessem regularmente matriculadas na escola e R\$25,00 (vinte e cinco reais) por criança/mês como apoio à manutenção da jornada escolar ampliada.

Em março de 1999, foi realizada uma oficina de planejamento para implementação do PETI na região, com criação de uma comissão para esse fim. A oficina contou com a participação de diversas organizações governamentais e não-governamentais, entre elas a OIT.

Após um conjunto de reuniões para identificar problemas e elaborar estratégias, foi então criado um Plano Regional de Erradicação do Trabalho Precoce, que possuía 4 princípios:

Atendimento às crianças e aos adolescentes: que tem entre seus objetivos assegurar o afastamento imediato das crianças e dos adolescentes do processo produtivo, por meio da oferta de jornada escolar ampliada e creches;

Ações com as famílias: que consiste, basicamente, na complementação da renda familiar através da concessão de bolsas-escola e da conscientização para a proteção de seus filhos contra os prejuízos do trabalho precoce;

Ações para o desenvolvimento microregional: tem como objetivo fazer o diagnóstico das potencialidades econômicas da região na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, condição fundamental à melhoria da qualidade de vida das famílias;

Ações de supervisão, acompanhamento e avaliação do programa: consiste num processo constante e permanente de análise e avaliação das ações quanto à eficácia das políticas de intervenção adotadas.

A pretensão do Plano era de atender 569 (quinhentas e sessenta e nove) famílias e 1020 (mil e vinte) crianças e adolescentes de 0 (zero) a 14 (catorze) anos identificados pelo NUCAPE. Na primeira etapa, as crianças foram retiradas do trabalho e matriculadas no ensino regular e nas creches; ao mesmo tempo, foram estabelecidos espaços físicos e selecionados os recursos humanos para operacionalização da jornada escolar ampliada. É exatamente aqui se situa o programa de ação em questão.

Os municípios
devem
assegurar
escola regular
e jornada
ampliada a
todas as
crianças
retiradas do
trabalho



A principal atividade do programa foi a implementação de um processo de capacitação de recursos humanos para prestarem atendimento educacional às crianças e adolescentes retirados das casas de farinha. Para a realização dessa atividade, o CIELA foi contratado para a elaboração de um projeto de capacitação dos recursos humanos. A seleção do CIELA deu-se por ser uma ONG com experiência na execução de projetos de capacitação, utilizando uma metodologia participativa, além de produzir uma proposta melhor avaliada que as outras pelos gestores do programa de ação.

Decidiu-se excluir do programa as ações com as famílias, pois, nas negociações com o CIELA, a sua implementação significaria 30% de acréscimo nos custos do projeto. Tentou-se, sem sucesso, captar recursos extras com outras fontes de financiamento. Para amenizar as perdas dessa não execução, ficou estabelecido que, durante a execução do trabalho com os agentes, dar-se-ia uma ênfase na articulação dos profissionais de educação com as famílias, para estabelecerem um processo de conscientização delas sobre a problemática do trabalho infantil.

A proposta de ação do CIELA constava de duas modalidades: uma “intensiva” e outra “em serviço”, desenvolvida a partir das realidades das jornadas escolares ampliadas e a das creches. A modalidade “intensiva” dizia respeito à capacitação via oficinas periódicas, oferecidas trimestralmente no caso das jornadas ampliadas e mensalmente, no caso das creches, nos quais eram realizadas reflexões sobre a formação pessoal, a ludicidade (reflexão teórica e prática), cultura popular, sobre aspectos fundamentais da cidadania, dentre outros. A modalidade “em serviço” deu-se através do acompanhamento dos gestores da proposta nos locais em que realizavam as atividades pedagógicas: jornadas escolares ampliadas e nas creches, a partir do que se ministrava nos módulos trimestrais.

O trabalho com a jornada escolar ampliada foi realizado em 2 fases: a primeira com 4 (quatro) módulos de capacitação de profissionais de educação, formando a modalidade “intensiva”. A segunda referia-se às visitas de acompanhamento realizadas pelos gestores do projeto no local, buscando contextualizar as reflexões, propor soluções, avaliar caminhos.

Praticamente o mesmo esquema formativo se deu com o pessoal das creches, somente com alterações devido às especificidades do trabalho de creche.

É importante salientar que, anteriormente, não havia qualquer trabalho de capacitação dessas pessoas para o exercício de suas funções por parte das secretarias de educação municipal e estadual.

No trabalho junto ao pessoal das jornadas de trabalho, constatou-se um número de 74 participantes entre professores, supervisores escolares, secretários municipais de educação, monitores do PETI, coordenadores municipais do PETI, assistentes sociais etc.

O primeiro módulo (modalidade intensiva) se deu em julho de 2000, teve como título: “Ampliando Oportunidades de Aprendizagem”. Foram tratados temas como: relacionamento interpessoal, gestão democrática no trabalho pedagógico, o trabalho infantil e o PETI, LDB e os desafios da educação, recursos didáticos, jogos dramáticos, avaliação da aprendizagem.

Este foi um módulo introdutório, daí a necessidade de trabalhar as relações interpessoais dos participantes, contextualizar o trabalho infantil, avaliar o PETI a partir da visão dos educadores, discutir a função social da escola e refletir sobre o sentido da avaliação da aprendizagem. Os temas foram desenvolvidos com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, utilizando recursos didáticos e pedagógicos alternativos que permitissem ampliar as possibilidades de aprendizagem das crianças na jornada escolar ampliada.

A aplicação do módulo atingiu os objetivos previstos. Dentre os resultados alcançados pelo módulo, destaca-se a elevação da auto-estima dos monitores; a consciência sobre a necessidade de tematização de que tipo de cidadão se deseja formar e para que tipo de sociedade; a mudança de concepção sobre o que vem a ser a jornada ampliada. Os gestores puderam perceber como a escola estava distanciada da jornada ampliada e como as atividades da mesma eram executadas de modo improvisado.

O segundo módulo deu-se em setembro de 2000, teve como título: “Capacitação para o Desenvolvimento Cultural: Oficinas de Teatro, de Artes Plásticas, Brincadeiras Populares e Jogos Recreativos”.

Esse módulo teve como objetivo refletir a prática pedagógica, tendo como elementos estimuladores as linguagens da arte e da cultura do corpo na formação integral das crianças e, assim, agregar conhecimentos para a construção de um projeto político-pedagógico para as escolas.

Foram tratados os seguintes temas: história da educação no Brasil; a escola que temos, a escola que queremos; artes cênicas e plásticas; brincando e aprendendo; construção e apropriação conceitual da educação física, expressão corporal, esporte/jogo; jogos, brincadeiras e danças populares; construção de banco de atividades. Todos os módulos foram precedidos de uma avaliação do período intermódulo, isso para identificar se aconteceram avanços ou não na prática pedagógica da jornada, a partir dos módulos.

Como resultados alcançados pelo módulo, constatou-se a compreensão da necessidade de contextualizar a educação para saber seu sentido na prática educativa; a compreensão de que jogos, danças, artes, em geral, em educação, devem ter uma intencionalidade educativa e que é possível aprender brincando.

O terceiro módulo teve como título: “Cidadania e Família”, foi realizado em dezembro de 2000 e foram desenvolvidos os seguintes temas: cidadania (significado e caracterização); história das políticas para a infância e a adolescência no Brasil; ECA; família (composição, estrutura, valores, sentimentos); como trabalhar com famílias em situação de risco; relação escola X família; análise da situação sócio-econômica das famílias.

O principal resultado desse módulo foi a compreensão dos participantes da necessidade de trabalharem ou, pelo menos, terem a preocupação de que seu trabalho deve envolver as famílias.

Finalmente, o quarto módulo foi realizado em março de 2001, fase na qual também se sistematizou a metodologia por meio da elaboração de um vídeo. Este módulo teve como título “Continuação: Arte e Cultura do Corpo” e os temas tratados foram: metodologia de análise de conjuntura; prática pedagógica nas classes multisseriadas; jogos cênicos como elemento facilitador da aprendizagem; o corpo – objeto de construção de conhecimento; jogos e danças: vivências; artes plásticas.

A avaliação do projeto foi feita como um todo nesse módulo, destacando-se como aspectos positivos, num todo: a percepção de uma melhor articulação entre escolas e jornadas ampliadas, maior interesse das crianças, planejamento e melhor objetivação dos conteúdos e atividades desenvolvidas, inclusive com trabalho de planejamento coletivo e a construção de fichas de planejamento multidisciplinar, catalogação de atividades diversas, mais criatividade dos monitores, maior conhecimento da cultura pernambucana (danças regionais).

Como aspectos negativos foram destacadas a falta de material didático, o pouco envolvimento das famílias com o PETI, as classes multisseriadas, o uso eleitoral do PETI no período pré-eleitoral.

No trabalho com o pessoal das creches, constatou-se um número de 108 (cento e oito) participantes entre diretores ou coordenadores de creches, professores, auxiliares de serviços gerais (cozinheira, faxineira, porteiro etc), recreadores, babá, arte educadores, dentre outros.

O primeiro módulo, “Creche: Espaço Educativo de Cidadania”, foi realizado em agosto de 2000. Teve como objetivo fortalecer o grupo quanto aos princípios educativos que norteiam a proposta a ser desenvolvida nas creches, no trabalho com as crianças de 0 a 6 anos.

Foram trabalhados os seguintes temas: relacionamento interpessoal (por ser o primeiro módulo); cidadania; direitos da criança e do adolescente; trajetória da creche: origem e significado; creche como espaço educativo; a experiência de Garanhuns; levantamento da situação das creches nos municípios, proposta de gestão participativa.

Houve dificuldades quanto ao grande número de participantes que foram divididos em três grupos para execução dos trabalhos e quanto ao baixo grau de escolaridade de muitos participantes. Alguns eram analfabetos. Entretanto, os gestores conseguiram mediar esse problema, estimulando a participação de todos nos grupos e plenárias. Os objetivos foram alcançados.

Os temas
foram
desenvolvidos
com o objetivo
de contribuir
para a
melhoria da
qualidade de
ensino

Apesar das dificuldades, como o analfabetismo de alguns, os objetivos foram alcançados

O segundo módulo, denominado “Planejamento Pedagógico”, foi realizado em setembro de 2000 e contou com os seguintes temas: significado da educação para o desenvolvimento da criança como sujeito no processo de aprendizagem e o educador como mediador; fases e caracterizações do desenvolvimento da aprendizagem da criança de 0 a 6 anos; o perfil do profissional de creche; rotina diária da creche; estimulação infantil e recreação como recursos no desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo, individual e grupal da criança; reflexão sobre o momento político nos municípios.

Na avaliação do intermódulo, houve uma melhoria no aspecto de interrelação dos profissionais no trabalho; uma maior aproximação com as famílias, uma mudança de concepção do significado da creche e da criança. Como dificuldades foram detectadas a falta de envolvimento das famílias e os problemas político-administrativos acarretados pelo momento eleitoral.

Na execução desse módulo, houve grandes dificuldades pela falta de competência teórica e metodológica das facilitadoras, o que fez com que as coordenadoras do programa e do projeto de educação do IPEC/OIT tivessem que intervir assumindo turmas.

O terceiro módulo, “Administrativo/Funcional”, foi realizado em outubro/novembro de 2000. Este módulo teve como temas trabalhados: paradigmas de interação, orientação pessoal e grupal (cooperação x competição); posturas de vida (proatividade x retroatividade); ferramentas de transformação pessoal; paradigma pedagógico; papel da educadora/mulher na história da creche; profissional de creche – seu perfil; especificidade do espaço creche.

Como limitação desse módulo havia a apreensão pelo resultado das eleições para prefeito que causara insegurança em relação ao futuro dos profissionais quanto à continuidade da sua capacitação.

Esse módulo buscou suprir as lacunas deixadas pelo módulo anterior. O desconhecimento quanto à educação infantil foi outro ponto fraco dos participantes. Para suprir essa carência, foi indicado o estudo dos Parâmetros Curriculares da Educação Infantil de 04 a 06 anos. Os participantes fariam a leitura do texto e, em seguida, seriam realizados encontros para discutir o que foi lido.

Como pontos importantes, merecem destaque: a compreensão da creche como espaço educativo e a revalorização de paradigmas que norteiam as posturas pessoais e profissionais dos participantes.

O quarto módulo, intitulado “Trabalhando o Fortalecimento Institucional da Creche: Importância do Coletivo, Grupo, Indivíduo”, foi realizado em dezembro de 2000. O objetivo deste módulo foi conscientizar, por meio de reflexões e debates, os participantes acerca da importância do trabalho coletivo para a obtenção dos resultados esperados.

Os temas trabalhados foram: Grupo: importância, estilos de liderança, papéis; Jogos cooperativos; Padrões de percepção: omissivo, cooperativo, competitivo; Função do educador; Importância do brincar; Resgate das brincadeiras e músicas infantis.

Na avaliação do intermódulo, foram ressaltadas as mudanças da prática pedagógica dos participantes quanto a planejar atividades, à concepção de creche, de família e de criança. O módulo atingiu o objetivo proposto. A percepção da necessidade de ação do grupo e não cada um isoladamente em sua função foi importante, além do papel de destaque das atividades lúdicas, no desenvolvimento das crianças. Houve um crescimento pessoal e profissional dos participantes, segundo a avaliação. Um indicativo disso foi a ausência de comportamentos competitivos e de delação observados nos módulos anteriores.

O trabalho realizado com o pessoal ligado às creches abrigava ainda outros dois módulos. O quinto módulo: “Integração Família e Creche”, foi realizado em fevereiro de 2001. Os temas tratados foram: Família: condições e diversidade; Funções: mantenedora, provedora de afeto, formadora de cidadãos; Metodologia de trabalho com a família: trabalho para com a família; Papel do educador no fortalecimento da família; Perfil das famílias da creche, como conhecê-las; Construção de instrumento de informação sobre a família; Participação da família no cotidiano da creche; Proposta de trabalho com as famílias.

O objetivo desse módulo foi o de atender à demanda dos participantes no que diz respeito à falta de articulação com as famílias. Esse objetivo, segundo avaliação dos participantes, foi atingido, pois muitos expressaram mudanças da concepção de família que tinham antes da participação no módulo.

Finalmente, o sexto módulo, denominado 'Trabalho de Campo', foi realizado entre março e abril de 2001. O seu objetivo era intercambiar experiências da prática educativa nas jornadas ampliadas e nas creche e propor estratégias para melhoria do trabalhador.

Os temas trabalhados foram: Planejamento do trabalho de campo; Articulação teoria X prática; Creche: espaço educativo e espaço de guarda; A criança: sujeito em processo de desenvolvimento; educador de creche: compromisso com o desenvolvimento; Troca de experiências; Avaliação da prática pedagógica.

Este módulo foi dividido em três momentos: a) Encontro preparatório para planejar e sensibilizar os profissionais para a importância do trabalho; b) Realização das visitas; e c) Avaliação do processo.

Após o planejamento, era estipulado o cronograma e eram realizadas mútuas visitas entre os profissionais das creches e das jornadas ampliadas. Ao final de todo o processo, a experiência rompeu os receios iniciais de visitar e ser visitado, que derivavam do medo de não agradar e de não corresponder às expectativas.

Muitos avanços foram alcançados durante o trabalho. Destacam-se a percepção de que a creche é um espaço educativo, a ruptura com os preconceitos vigentes acerca da família, um maior conhecimento acerca da criança e de suas especificidades e a necessidade de aprofundamento sobre educação infantil.

Quanto à modalidade de capacitação em serviço, esta foi executada através de um agendamento prévio com gestores municipais, com coordenadores do PETI e das creches e de toda equipe envolvida no Programa.

As visitas ocorreram nos intermódulos e eram mensais para acompanhamento da prática pedagógica na jornada ampliada e das creches. Tinham como objetivo: completar a formação em serviço, promover a articulação entre grupos municipais e os executores e coordenadores do programa, identificar as mudanças se processando, as dificuldades que persistiam e apoiar pedagogicamente os participantes da capacitação.

Como contribuição para o processo formativo, o acompanhamento mensal trouxe alguns elementos significativos para todo o processo de formação. Em primeiro lugar, permitiu conhecer de forma dinâmica a realidade de execução dos programas, seus limites, potencialidades e dificuldades e, simultaneamente, com os educadores, buscar alternativas de superação das dificuldades mais prementes.

Também contribuiu para conhecer a realidade das crianças do PETI e de suas famílias, fornecendo elementos para que os conteúdos trabalhados na capacitação intensiva se adequassem às necessidades dos educadores. Além disso, este tipo de acompanhamento deu maior dinamicidade ao processo de formação pois, continuamente, educadores contaram com o suporte pedagógico das gerentes locais para dirimir dúvidas, conhecer os programas, entender os seus reais objetivos e promover as adequações dos conteúdos e metodologias aprendidas nos módulos de capacitação à realidade local.

Somam-se as essas contribuições o fato de que, com o acompanhamento intermódulo, as visitas mensais permitiram que gestores pouco comprometidos com os programas passassem a ser mais "cuidadosos", pois sabiam que a repercussão das visitas seria do conhecimento do gestor estadual.

Durante o período de capacitação em serviço foi possível identificar que, em todos os municípios, os monitores vinham se esforçando em adequar a jornada ampliada aos seus reais objetivos: ampliar o universo cultural e formacional das crianças; melhorar seu desempenho escolar; desenvolver habilidades artísticas; melhorar a auto-estima e a sociabilidade, dentre outros.

É inquestionável que houve um crescimento significativo e uma mudança na concepção do PETI e da jornada escolar ampliada por parte de todos os atores envolvidos nos processos descritos. Em nenhum município, foram encontrados, após os módulos de capacitação, profissionais com a mesma prática observada no início do processo. Isso deve-se, em grande parte, à complementação da formação através da capacitação em serviço, posto que o contato focalizado na realidade de cada município permitiu: refletir, analisar, avaliar e propor alternativas de mudança a partir da realidade concreta, vivenciada pelo grupo nas próprias unidades educacionais.

Percepção da
necessidade
de ação do
grupo e não
cada um
isoladamente



Em todos os municípios, os monitores vinham se esforçando em adequar a jornada ampliada aos seus objetivos

Como limites, foram identificados problemas referentes ao mau gerenciamento dos recursos do PETI e das creches: falta de coordenação efetiva, escassez ou ausência de recursos materiais básicos, tais como: cartolina, lápis de cor, livros, aparelho de som, etc, além da precariedade da estrutura e da alimentação inadequada. As visitas freqüentes estimularam a maior parte dos gestores a oferecer melhores condições para a jornada ampliada.

Sob o aspecto de desenvolvimento de alternativas de emprego e renda para as famílias, previsto no programa, as tentativas de estabelecer parcerias para viabilizar essas atividades não obtiveram sucesso. Em princípio, buscou-se assessoria do SEBRAE, que identificou como alternativa o cultivo de legumes e verduras para produção de doces caseiros. As sugestões foram estruturadas e encaminhadas para a SEPLANDES – PE, no entanto, não foram concretizados os objetivos esperados com esta ação. Outra tentativa foi buscar, junto à OIT linhas de financiamento para implementar essa ação. Várias reuniões foram realizadas, inclusive com a participação da SEPLANDES – PE. Apesar de todas essas tentativas, não se alcançou nenhuma ação efetiva para ampliar a renda das famílias envolvidas no Projeto.

Vale acrescentar que uma mudança significativa em termos de empoderamento das comunidades se fez sentir, sobretudo entre as famílias dos monitores das creches e das jornadas ampliadas. Alterações relacionadas com as questões de gênero também emergiram durante o processo, na medida em que as mulheres se envolveram nas ações de modo mais assíduo e, com isso, se beneficiaram diretamente delas especialmente em termos da conscientização quanto aos seus possíveis papéis no âmbito dos problemas enfrentados pelas populações locais.

Capacitação de Agentes Multiplicadores da Jornada Ampliada de 52 municípios³ de 7 Microrregiões do estado de Alagoas que compõem o Projeto Alvorada/PETI.

O programa teve como agência implementadora a Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social. Foi firmado em março de 2001 e teve sua conclusão em junho de 2002.

O programa teve como objetivo geral contribuir para a erradicação do trabalho infantil em 52 (cinquenta e dois) municípios de 7 (sete) Microrregiões do estado de Alagoas que compõem o Projeto Alvorada/PETI. Seus objetivos imediatos eram:

- fortalecer o processo de construção de uma política articulada entre o setor de educação e de assistência social para o atendimento das crianças retiradas do trabalho;
- capacitar recursos humanos para prestar atendimento educacional adequado às crianças e adolescentes retirados do trabalho e em risco de exclusão social.

O programa de ação em questão está envolvido no bojo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O PETI focaliza a família mais vulnerabilizada pela pobreza e exclusão social, considerando que o trabalho infantil se dá por essa situação: as famílias necessitam da renda auferida pelo trabalho de todos os seus membros, incluindo as crianças. O trabalho infantil perpetua o ciclo da pobreza na medida em que impede ou prejudica o acesso das crianças e adolescentes aos seus direitos básicos, especialmente à educação.

O Projeto Alvorada é o Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano. É uma ação do Governo Federal para estabelecer uma estratégia de combate às desigualdades sociais, articulando e permitindo a convergência de diversas ações e programas capazes de melhorar a condição de vida nos municípios mais carentes.

No âmbito do PETI, a Secretaria de Estado de Ação Social manifestou o interesse em contar com o apoio do IPEC/OIT para desenvolver ações que visem a erradicação do trabalho infantil no estado de Alagoas. A escolha desse estado se deu pelo fato de ter o 4º menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo interesse manifestado pelo estado em apoiar tal ação e por ser o estado sede da coordenação do Projeto Alvorada na região Nordeste.

Na implementação do PETI foram detectados problemas, sobretudo no que diz respeito à jornada ampliada. Daí a parceira IPEC/OIT/SEAS para implementação desse plano de ação, visando a difundir práticas eficazes de combate

³ O título indica 52 municípios, entretanto foi incluído, segundo relatório final, no decorrer do processo de implementação mais um município, perfazendo 53 municípios.



ao trabalho infantil no que concerne à educação, inserindo-se na linha de ação direta do Programa Inter-regional de Mobilização de Educadores e de suas Organizações.

O primeiro passo para a efetivação das ações que visassem o cumprimento dos objetivos do projeto foi a realização de um diagnóstico sobre o desenvolvimento da jornada ampliada no estado. Para isso foram elaborados três questionários que versavam sobre a concepção que se tem da jornada e o seu funcionamento. Para dar maior consistência ao diagnóstico preliminar, foram realizadas visitas a 29 (vinte e nove) municípios do estado. Nessas visitas houve também a divulgação do projeto, a fim de mobilizar as prefeituras e obteve-se a relação dos profissionais que, posteriormente, participariam dos módulos de capacitação.

Em seguida, foi elaborada uma síntese desse diagnóstico, destacando aspectos negativos tais como: falta de empenho dos gestores em oferecer condições mínimas para o funcionamento da jornada escolar ampliada (como material didático) e a falta de entendimento da concepção das finalidades e das atividades da jornada

A entidade não-governamental Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco⁴, foi responsável pela produção de proposta de capacitação de agentes multiplicadores da jornada escolar ampliada no estado de Alagoas.

No decorrer do seu desenvolvimento, participaram dos módulos de capacitação 288 (duzentas e oitenta e oito) pessoas, entre monitores, educadores, professores, assistentes sociais, secretárias de educação dos municípios e coordenadores do PETI.

O Programa de Agentes Multiplicadores da Jornada Escolar Ampliada contou com uma metodologia participativa. Foi realizado em Maceió – AL e estruturado em duas modalidades: Capacitação Intensiva e Capacitação em Serviço.

A Capacitação Intensiva estava estruturada em dois módulos.

O primeiro módulo foi implementado em novembro 2001, dividido em duas turmas com representantes de 26 (vinte e seis) municípios. O objetivo deste módulo foi sensibilizar os profissionais para atuar no combate ao trabalho infantil no estado de Alagoas. Seus objetivos específicos eram: ampliar as reflexões sócio-políticas e culturais; compreender a criança enquanto sujeito de direito; identificar as possibilidades de reciprocidade nos relacionamentos humanos e articular as possibilidades de interação da jornada escolar ampliada com a educação formal.

Os temas abordados foram: uma história da criança brasileira; os direitos das crianças e dos adolescentes e o combate ao trabalho infantil; as políticas educacionais e o PETI; a jornada ampliada e suas possibilidades; identidade pessoas e profissional: a relação educador X educando; as políticas educacionais e de assistência social e o PETI.

O foco deste módulo foi o capacitando e suas práticas e contexto educacional. Tornou-se, então, indispensável dimensionar vivências centradas na identidade do educador, na elevação de sua auto-estima e na possibilidade de um melhor conhecimento de suas crianças e adolescentes, bem como da relação jornada escolar ampliada e educação formal.

O módulo alcançou seus objetivos e a experiência demonstrou que deve se realizar o desenvolvimento do trabalho, favorecendo a apresentação e a explicitação da prática dos participantes em seus diferentes fazeres: monitores, professores, coordenadores e gestores. Isso contribuiu muito para uma partilha de experiências e para a indicação das possibilidades dos processos a serem desenvolvidos ou evitados a partir de cada realidade.

O segundo módulo realizou-se em março de 2002 nos mesmos moldes do primeiro, e teve como objetivo: trabalhar as habilidades práticas dos representantes dos municípios no trato de alguns conteúdos pedagógicos e a construção de recursos didáticos.

Os temas trabalhados foram os seguintes: leitura e produção de texto; artes plásticas; culturas cotidianas e representações; matemática e planejamento para a jornada escolar ampliada.

⁴ Na escolha da agência implementadora desse programa de ação, considerou-se que o ideal seria estabelecer uma parceria com uma ONG de Alagoas. No entanto, não tendo sido possível localizar essa entidade, optou-se por trabalhar com o Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco.

O Projeto Alvorada é uma ação do Governo Federal para estabelecer uma estratégia de combate às desigualdades sociais



Foram relatados o aumento do potencial criativo, fortalecimento de uma nova visão de educação e o engajamento na luta contra o trabalho infantil

Nas avaliações apresentadas, foram relatados o aumento do potencial criativo dos participantes e o fortalecimento do comprometimento com uma nova visão de educação e o engajamento na luta contra o trabalho infantil.

Na implementação dos dois módulos, percebeu-se que um significativo número de pessoas estava tendo pela primeira vez a oportunidade de socializar sua experiência de trabalho e entendê-la de modo mais ampliado. Ficou evidente também que, para que haja um efetivo trabalho de combate ao trabalho infantil, é de fundamental importância uma integração municipal e, se possível, intermunicipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas que garantam o efetivo direito à infância. Outra constatação é a da necessidade de dar maior efetividade à articulação entre jornada e educação formal, com a perspectiva de, a médio prazo, construir um processo pedagógico da jornada.

Verificou-se que houve grande dificuldade na execução da multiplicação dos módulos nos municípios. Dois deles não conseguiram realizar a multiplicação. O processo que cada município desenvolveu foi criativo e, em alguns, houve o estabelecimento de parcerias, tanto para reduzir os custos quanto para realizar um processo mais partilhado e solidário.

A Capacitação em Serviço contou com o apoio técnico dos municípios na realização da multiplicação dos conhecimentos construídos no módulo I de capacitação intensiva, no qual houve o acompanhamento pedagógico da jornada e o incentivo à articulação intermunicipal.

Foram, então, realizados 10 (dez) encontros, cuja abrangência cobria os municípios envolvidos.

Essas reuniões tinham como objetivo dar continuidade ao processo de formação dos multiplicadores e auxiliá-los na adequação dos conteúdos ministrados na Capacitação Intensiva à realidade dos seus municípios. Esses encontros contaram com a participação dos secretários municipais de assistência social e de educação, representantes das coordenadorias regionais de ensino e coordenadores do PETI, totalizando 216 (duzentos e dezesseis) participantes.

Foi significativo, portanto, no desenvolvimento desse projeto, o número de pessoas que receberam a formação intensiva e tornaram-se multiplicadores em seus locais de atuação. Merece destaque também o significativo envolvimento das prefeituras na implementação das ações.

É importante notar que o esforço por articular as ações das secretarias de educação e de assistência social inscreve-se em um marco institucional, ainda vigente, que é caracterizado pela falta de comunicação entre essas duas esferas do poder público. Assim, em muitos municípios brasileiros, as ações no campo da educação e no campo da assistência social são planejadas e executadas de maneira isolada, o que tem como resultado políticas que se sobrepõem ou lacunas que não são preenchidas por nenhuma proposta.

Ações Complementares

Dois outros projetos, que ainda estão em processo de implementação, merecem destaque no contexto do Programa Inter-regional no Brasil: 1) a Avaliação Ex-Post da Capacitação de Agentes Multiplicadores da Jornada Ampliada do Estado de Alagoas e 2) o programa de ação intitulado “Mobilização de Trabalhadores em Educação e suas Organizações para Combater o Trabalho Infantil”, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A avaliação *ex-post* focaliza os aspectos relevância, replicabilidade, sustentabilidade, articulação de esforços e outros efeitos a médio e a longo prazo do programa de capacitação.

No que se refere à relevância e replicabilidade, a avaliação procura mensurar se a realização de um projeto com estratégia similar seria relevante no presente. Para isso, são realizadas observações para saber se houve mudanças na situação e para registrar se tais mudanças afetariam a estratégia de uma nova intervenção no estado de Alagoas. Se a equipe identificar

que a execução de um novo projeto com as mesmas características não é relevante, isto provavelmente significa que os benefícios do projeto ainda se sustentam, isto é, que o projeto propôs uma alternativa viável para a solução do problema.

Quanto à sustentabilidade, a mesma é considerada em relação aos objetivos imediatos do programa de capacitação. A equipe identificou quais os fatores que explicam a sustentabilidade ou a falta dela. No caso do projeto ter produzido atividades e/ou resultados sustentáveis, os fatores que provocaram este feito serão apontados visando possíveis replicações. É importante deixar claro qual parte da melhoria da nova situação deve ser atribuída à execução do projeto e qual diz respeito a outros fatores.

No que tange à articulação dos esforços, as questões fundamentais investigadas são: criação no município de algum mecanismo de monitoramento e verificar a criação de uma instância no município que garanta a melhoria das condições de acesso, permanência e sucesso das crianças e adolescentes na escola e na jornada escolar ampliada; havendo qualquer ação articulada entre os setores de assistência e educação nos municípios, pode-se identificar o poder destes setores, isoladamente ou em conjunto, de obter apoio técnico e/ou financeiro do nível estadual.

Finalmente, a avaliação identificou se houve ou não outros efeitos, positivos ou negativos, previstos ou não, que não foram mencionados no relatório final do projeto de capacitação em Alagoas.

O programa de ação “Mobilização de Trabalhadores em Educação e suas Organizações para Combater o Trabalho Infantil”, realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) deu continuidade ao primeiro programa de ação deste parceiro com o IPEC⁵.

Tendo em vista que a CNTE desenvolve atividades de conscientização sobre trabalho infantil junto ao setor educacional e que, a partir dos resultados do estudo realizado em 6 capitais, desencadeou-se uma série de atividades pedagógicas voltadas para a eliminação do trabalho infantil, a estratégia deste programa é avaliar e disseminar os resultados obtidos e ampliar as ações por meio da capacitação e treinamento de multiplicadores para utilização do kit.

Para tal, a CNTE propõe a realização de um Seminário Nacional para apresentar um novo instrumento de combate ao trabalho infantil, debater novas formas de ação, bem como despertar e aumentar a participação do trabalhador em educação, enquanto um dos principais agentes na luta contra trabalho infantil.

No Seminário Nacional, será apresentado o material produzido (kit de mobilização de trabalhadores em educação) e definida a estratégia para o monitoramento e avaliação da utilização do kit. Além disso, será identificado um multiplicador em cada entidade filiada que ficará encarregado de identificar outros cinco multiplicadores em sua entidade.

Na primeira etapa deste trabalho, a CNTE capacitou e treinou 84 multiplicadores identificados nas entidades filiadas das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A região Norte ainda será atendida.

ANÁLISE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

Existe um consenso entre todos que atuam na luta pela erradicação do trabalho infantil de que a educação é uma peça-chave para o sucesso dessa luta. Por sua vez, a educação deve ser pensada como parte de um sistema amplo e diversificado, que abrange redes formais e não-formais de ensino, articuladas e complementares. No que concerne à educação formal, as séries iniciais do ensino considerado fundamental devem ser particularmente cuidadas, pois elas

Verificou-se que em muitos municípios brasileiros, as ações no campo da educação e da assistência social são planejadas e executadas de maneira isolada

⁵ Descrito neste documento, no tópico 2.2 “As atividades do IPEC com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE): Conscientização e Mobilização Social na Luta contra o Trabalho Infantil”.



Um fator de sucesso de muitas dessas ações foi a articulação que promoveram entre entidades governamentais e não-governamentais

constituem a base para a formação de cidadãos e para a qualificação profissional que permitirá a grandes parcelas da população empobrecida romperem com o ciclo da pobreza.

Quanto às iniciativas não-formais de educação, é importante destacar as ações do Projeto Axé que, ao longo da sua atuação, desenvolveu uma metodologia alternativa, baseada na pedagogia libertadora, para interagir com crianças e adolescentes em situação de marginalidade e de trabalho informal, vivendo nas ruas.

O IPEC/OIT, baseado nas indicações das Convenções da OIT, bem como em reuniões mundiais realizadas que destacam a centralidade da luta pela defesa da educação para todos, em especial para as crianças, apoiou e continua apoiando técnica e financeiramente um conjunto de ações que, ao longo da última década, 1992-2002, mostraram-se eficientes para retirar crianças e adolescentes do trabalho e inseri-los ou reinseri-los na educação formal.

Um fator de sucesso de muitas dessas ações foi a articulação que elas promoveram entre entidades governamentais e não-governamentais, bem como o envolvimento dos sindicatos dos trabalhadores da educação em diversos estados brasileiros. Ações isoladas não são plenamente satisfatórias, pois a questão do trabalho infantil envolve múltiplos e complexos fatores que dependem da atuação de todos.

É significativo, nas ações implementadas, a busca pela mudança de concepção acerca da relação entre trabalho e educação. Os diversos projetos desenvolvidos atuaram no sentido de não apenas mudar a situação das crianças trabalhadoras, mas também de ressignificar o papel da educação no processo de formação integral do indivíduo, destacando aspectos formais e lúdicos dessa formação, entendida como um processo e um direito do cidadão.

Outra linha de atuação dos projetos desenvolvidos com apoio técnico-financeiro do IPEC/OIT foi a busca de transformação da concepção dominante acerca do trabalho, que o vê como mais educativo e formador do que a educação formal. A compreensão dessas idéias e da sua força como propulsoras e mantenedoras do trabalho precoce — que a pesquisa efetuada pelo DIEESE abordou de forma clara — é necessária para a transformação do imaginário sobre trabalho infantil.

A realização de pesquisas que buscam aprofundar o conhecimento acerca do trabalho infantil em sua relação com a educação no Brasil foi bastante significativa para que as ações implementadas partissem de uma percepção mais instrumentalizada da realidade na qual iriam desenvolver suas ações, ampliando, assim, a possibilidade de sucesso na concretização dos seus objetivos.

Destaca-se que a mudança de mentalidade acerca do trabalho infantil e da educação deve abranger o conjunto da sociedade, em especial educadores, governantes, empresários, família e a própria criança trabalhadora que, como constatado em diversos projetos, carrega os estigmas de idéias mistificadoras sobre o caráter educativo do trabalho.

Considerando que o trabalho infantil é parte de um problema nacional que abrange condições estruturais, as ações implementadas englobaram também as famílias das crianças e adolescentes envolvidos em trabalhos. Várias atividades buscaram envolver e conscientizar essas famílias sobre a importância da educação e sobre os seus direitos como cidadãos.

Muito, no entanto, resta a ser feito, tendo em vista que um dos fatores que levam as crianças e os adolescentes ao trabalho precoce, afastando-as da escola ou gerando desempenho escolar insuficiente, é o baixo rendimento econômico do seu núcleo familiar. Nesse sentido, permanece como um desafio a busca de políticas alternativas para geração e ampliação de renda, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Outro problema constatado pelos projetos desenvolvidos e pesquisas realizadas refere-se às condições precárias dos estabelecimentos de ensino da rede pública. Em diversas escolas e creches, faltava material didático básico para a realização das atividades e, do mesmo modo, para que as jornadas educacionais ampliadas pudesse ser efetivadas como espaço de educação de qualidade.



As ações consideraram também a necessidade de recuperação da importância do papel do educador, privilegiando a sua formação continuada, por meio de constantes treinamentos e cursos, oferecidos pelos diversos programas de ação implementados. Esses educadores muitas vezes também são parte de um problema mais amplo vivenciado no Brasil. Esse problema diz respeito à formação dos trabalhadores da educação. Os baixos salários conferidos a esses profissionais afeta a sua formação. Isso foi constatado, inclusive, em alguns programas de ação desenvolvidos, especialmente nos que atuaram em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano, como nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Percebeu-se, nessas experiências, a fragilidade de formação dos profissionais da educação, visível nos preconceitos explicitados acerca do trabalho infantil e da família; a carência de conhecimento técnico específico para lidar com a educação infantil; o desconhecimento da história e da realidade das comunidades nas quais atuam; o desconhecimento do seu papel como educador na formação de cidadãos e da sua importância para o desenvolvimento da sociedade. Esses dados reforçam a necessidade de elaboração de políticas públicas que aumentem a renda dos educadores e ofereçam melhores condições de formação e atuação.

Os projetos mostraram-se bastante diversificados e amplos, atendendo à pauta do Programa Mobilização de Educadores em suas três linhas de ação:

- conhecimento das melhores práticas educacionais para combater o trabalho infantil;
- implementação de ações diretas;
- intervenção na elaboração de políticas públicas de educação com inclusão da discussão acerca do trabalho infantil a fim de preveni-lo e erradicá-lo.

As práticas educacionais foram mapeadas pela pesquisa realizada pelo CENPEC com apoio do IPEC/OIT e, a partir do conhecimento delas, tornou-se mais factível um conjunto de ações que buscam atuar sobre essa questão no Brasil.

Pesquisas como a efetuada pelo DIEESE, a partir da solicitação da CNTE, para desenvolvimento de projeto de ação apoiado pelo IPEC/OIT, já promovem, em sua elaboração, a articulação de importantes agentes para a erradicação do trabalho infantil, pois são planejadas e desenvolvidas com a atuação direta de professores e educadores, no levantamento de dados e também na divulgação dos seus resultados.

Essas pesquisas também permitiram um conhecimento mais aprofundado da complexidade da questão do trabalho infantil no Brasil e de sua relação com a educação, destacando a necessidade de políticas públicas para que as crianças trabalhadoras possam ter acesso à educação de qualidade.

A implementação de ações diretas pôde, assim, basear-se de forma sólida no conhecimento acumulado, garantindo também o sucesso de suas ações. As experiências desenvolvidas em Pernambuco e Alagoas indicam que deve realmente haver uma maior interação entre sociedade e órgãos governamentais, para que as ações de planejamento, execução e fiscalização possam tornar-se mais efetivas.

Neste sentido, as ações, que contaram com apoio do IPEC/OIT e foram também gerenciadas por secretarias de estado articularam-se com o desenvolvimento do PETI, buscando otimizar a aplicação de seus instrumentos para a erradicação do trabalho infantil, especialmente os que concernem às ações educativas, como é o caso da jornada escolar ampliada e das creches. Essas ações garantem maior acesso da população aos seus direitos, como também a ampliação das políticas desenvolvidas, a partir da análise dos seus resultados.

A elaboração do kit representou um avanço na produção de material de qualidade para que possa em âmbito nacional haver um engajamento da escola na luta contra o trabalho infantil. Esse kit já foi aceito e será implantado em todas as escolas da rede pública brasileira no ano de 2003, o que significa uma importante conquista, uma vez que será gerenciado pelo estado e terá uma abrangência nacional. Esse processo ocorreu tam-

Percebeu-se
a fragilidade
de formação
dos
profissionais
da educação,
visível nos
preconceitos
acerca do
trabalho
infantil e da
família

bém a partir da mobilização de trabalhadores da educação e de alunos/as que tiveram acesso ao material e puderam avaliá-lo.

A adoção do kit é mais um passo na formação de profissionais da educação para a luta contra o trabalho infantil. Porém, a sua utilização irá exigir a formação adequada e continuada dos educadores para que esse trabalho não seja apenas mecânico, mas se constitua como um processo efetivo de transformação da mentalidade do professor, do educando, de sua família, da escola e da sociedade.

Ao longo desses dez anos de atuação do IPEC/OIT, portanto, muitos profissionais da educação foram mobilizados, treinados e formados para atuarem de forma conseqüente na erradicação do trabalho infantil. Promoveu-se, por meio dos projetos apoiados um maior grau de conscientização da população brasileira para esse grave problema social que é de responsabilidade de todos.

As possibilidades de contribuição, quer no plano individual, que no plano coletivo, são amplas. Esses projetos indicaram caminhos possíveis para o enfrentamento da questão e também apontaram a necessidade do envolvimento de diversas entidades e do governo para que a educação possa ser efetivada em sua plenitude, como um caminho de construção da cidadania e de um mundo mais justo e igualitário.

MATERIAL DE PESQUISA

Arquivos do IPEC dos programas de ação citados

Agreements de todos os programas

Documentos de Projeto de todos os programas

Termos de Referencia da Avaliação ex-post de Alagoas

Planos de trabalho

Relatórios de reuniões de articulação interinstitucional

Relatórios dos cursos de capacitação oferecidos pelos programas

Relatórios de acompanhamento e de avaliação

Relatórios Parciais e Finais

Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre educação

Cartilha Sabia Sabiá? Ações complementares à Escola

Documento conceitual sobre o Projeto Axé (Ana Maria Bianchi dos Reis, Salvador/agosto de 1993)

Cópia de livro divulgando o projeto Axé

Produtos

KIT "Combatendo o Trabalho Infantil: Guia para Educadores"

Publicações

Schwartzman, Simon. Trabalho Infantil no Brasil – Brasília : OIT, 2001.

Repercussão na Mídia

Artigo do jornal Folha de São Paulo, dia 13 de outubro de 1996

Cópia de artigo de jornal (O País, 9 de maio de 1993) falando sobre o Axé

Clipping elaborado pelo Axé sobre evento e sobre o projeto

Igreja quer maior apoio à educação

Campanha da Fraternidade critica as ações do governo e sugere até aliança com o MST para erradicar o analfabetismo no país

Depois de criticar o governo por conta da superlotação nos presídios, no ano passado, a Igreja Católica se volta agora para a educação. A Campanha da Fraternidade, que começa em 26 de fevereiro, terá como tema em 1998 a educação. Para os bispos, a educação ainda não é prioridade para o governo brasileiro.

Entre as sugestões para a erradicação do analfabetismo no país, a Confederação Nacional dos Pastores do Brasil (CNBB) recomenda ao governo a criação de uma Bolsa-Escola. A Igreja Católica vai incentivar nos municípios a criação do Programa Bolsa-Escola — criado pelo governo federal — assim como o Programa de Erradicação do Analfabetismo (PEA) e o Movimento Sem-Terra. A erradicação do analfabetismo são algumas das prioridades da Conferência Nacional dos Pastores (CNBB) em sua campanha da Fraternidade de 1998. Seu lema será: "Fraternidade e da esperança". O tema de divulgação será: "Educação para todos".

CNBB incentivará Programa Bolsa-Escola criado pelo PT
Campanha da Fraternidade terá como tema em 98 a educação

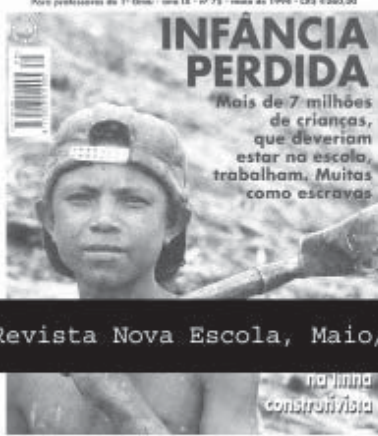
Hugo Marques

do as aulas. As crianças também têm direito a uma bolsa financeira, que recebem em forma de poupança, e retiram a cada período letivo. A Igreja quer ainda estimular parcerias com o MST, com o programa Comunidade Solidária do governo federal e com grupos que seguem o método do pedagogo Paulo Freire, utilizado em grande escala no Brasil antes do golpe militar de 1964.

Campanha quer também mobilizar para causas sociais
A Campanha da Fraternidade de 1998 não pretende estimular a educação apenas através de livros e es-

O Globo, 25/02/98

NOVA Escola



Revista Nova Escola, Maio/94



Revista Nova Escola, Novembro/01

OIT e Seas lançam projeto modelo de combate ao trabalho infantil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Assistência Social de Alagoas (Seas) lançaram ontem um projeto inédito no Brasil para reforçar a campanha contra a exploração de crianças em atividades de trabalho. O projeto prevê a criação de um modelo de combate ao trabalho infantil em Alagoas, num projeto piloto em termos de abrangência do raio de atuação (que abrange os municípios de Alagoas, Maceió e Arapiraca). O projeto será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social de Alagoas (Seas) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O projeto prevê a criação de um modelo de combate ao trabalho infantil em Alagoas, num projeto piloto em termos de abrangência do raio de atuação (que abrange os municípios de Alagoas, Maceió e Arapiraca). O projeto será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social de Alagoas (Seas) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Projeto de Alagoas é modelo no combate ao trabalho infantil

Alagoas vai lançar um projeto inédito no Brasil para reforçar a campanha que retira crianças do trabalho infantil. O projeto prevê a criação de um modelo de combate ao trabalho infantil em Alagoas, num projeto piloto em termos de abrangência do raio de atuação (que abrange os municípios de Alagoas, Maceió e Arapiraca). O projeto será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social de Alagoas (Seas) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Estilistas criam "modaxé" com meninos de rua na BA
Projeto Axé já tirou 2.058 crianças da marginalidade

valor dez vezes inferior ao de um profissional. O projeto Axé já tirou 2.058 crianças da marginalidade. O projeto Axé já tirou 2.058 crianças da marginalidade.

